

razões de decidir, com fundamento no art. 125 da Lei Municipal nº 8.989/79, alterado pela Lei nº 17.457/2020, no art. 8º do Decreto nº 62.147/2023, no exercício da competência delegada pelo art.2º, item V, da Portaria SEGES nº 32/2022, **DEFIRO** o pagamento de auxílio funeral a **JOVENILIO FIGUEIREDO**, inscrito(a) no CPF sob nº **508.951.768-15**, no valor de **RS 4.657,54 (quatro mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos)** onerando a dotação orçamentária nº 28.13.11.331.3004.6826.3.3.90.08.00.00 .

II - Publique-se

III - A seguir encaminhe-se à SEGES/CAF/DOF-FUN para emissão de Nota de Reserva/Empenho/Liquidação/Pagamento.

Documento: [095005941](#) | Despacho Autorizatório

Processo nº 6013.2023/0003923-5

I - À vista dos elementos contidos no presente, em especial o parecer de SEGES/AJ/P sob SEI nº [094650053](#), que adoto como razões de decidir, com fundamento no art. 125 da Lei Municipal nº 8.989/79, alterado pela Lei nº 17.457/2020, no art. 8º do Decreto nº 62.147/2023, no exercício da competência delegada pelo art.2º, item V, da Portaria SEGES nº 32/2022, **DEFIRO** o pagamento de auxílio funeral a **MARTA DA CRUZ MARCELO DO VAL** inscrito(a) no CPF sob nº **100.346.158-14**, **AUTORIZO** o pagamento a **ELIAS GOMES**, inscrito(a) no CPF nº **011.743.098-65**, no valor de **RS 4.657,54 (quatro mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos)**, nos termos da procuração em SEI nº 093610568, onerando a dotação orçamentária nº 28.13.11.331.3004.6826.3.3.90.08.00.00 .

II - Publique-se

III - A seguir encaminhe-se à SEGES/CAF/DOF-FUN para emissão de Nota de Reserva/Empenho/Liquidação/Pagamento.

Documento: [094967485](#) | Despacho Autorizatório

Processo nº 6013.2023/0003023-8

I - À vista dos elementos contidos no presente, em especial o parecer de SEGES/AJ/P sob SEI nº [094546369](#), que adoto como razões de decidir, com fundamento no art. 125 da Lei Municipal nº 8.989/79, alterado pela Lei nº 17.457/2020, no art. 8º do Decreto nº 62.147/2023, no exercício da competência delegada pelo art.2º, item V, da Portaria SEGES nº 32/2022, **DEFIRO** o pagamento de auxílio funeral a **NATHALY RENATA DOS SANTOS GREGORIO**, inscrito(a) no CPF sob nº **321.799.428-00**, no valor de **RS 4.657,54 (quatro mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos)** onerando a dotação orçamentária nº 28.13.11.331.3004.6826.3.3.90.08.00.00 .

II - Publique-se

III - A seguir encaminhe-se à SEGES/CAF/DOF-FUN para emissão de Nota de Reserva/Empenho/Liquidação/Pagamento.

Documento: [095005596](#) | Despacho Autorizatório

Processo nº 6013.2023/0003505-1

I - À vista dos elementos contidos no presente, em especial o parecer de SEGES/AJ/P sob SEI nº [094721603](#), que adoto como razões de decidir, com fundamento no art. 125 da Lei Municipal nº 8.989/79, alterado pela Lei nº 17.457/2020, no art. 8º do Decreto nº 62.147/2023, no exercício da competência delegada pelo art.2º, item V, da Portaria SEGES nº 32/2022, **DEFIRO** o pagamento de auxílio funeral a **HOSEN LEITE AZAMBUJA** inscrito(a) no CPF sob nº **043.080.648-56**, **AUTORIZO** o pagamento a **NAIRAH AZAMBUJA MOTERANI**, inscrito(a) no CPF nº **075.084.838-39**, no valor de **RS 4.657,54 (quatro mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos)**, nos termos da procuração em SEI nº 092307198, onerando a dotação orçamentária nº 28.13.11.331.3004.6826.3.3.90.08.00.00 .

II - Publique-se

III - A seguir encaminhe-se à SEGES/CAF/DOF-FUN para emissão de Nota de Reserva/Empenho/Liquidação/Pagamento.

Documento: [094966720](#) | Despacho Autorizatório

Processo nº 6013.2022/0005790-8

I - À vista dos elementos contidos no presente, em especial o parecer de SEGES/AJ/P sob SEI nº [094531380](#), que adoto como razões de decidir, com fundamento no art. 125 da Lei Municipal nº 8.989/79, alterado pela Lei nº 17.457/2020, no art. 8º do Decreto nº 62.147/2023, no exercício da competência delegada pelo art.2º, item V, da Portaria SEGES nº 32/2022, **DEFIRO** o pagamento de auxílio funeral a **GABRIEL DONIZETE ALVES DE ALMEIDA**, inscrito(a) no CPF sob nº **402.370.768-61**, no valor de **RS 4.657,54 (quatro mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos)** onerando a dotação orçamentária nº 28.13.11.331.3004.6826.3.3.90.08.00.00 .

II - Publique-se

III - A seguir encaminhe-se à SEGES/CAF/DOF-FUN para emissão de Nota de Reserva/Empenho/Liquidação/Pagamento.

COORDENADORIA DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

Documento: [092557741](#) | Despacho indeferido

SEI 6013.2023/0004918-4

Interessado: CCR

Assunto: Pedido de doação de área

DESPACHO:

I - À vista dos elementos contidos no processo 6013.2023/0004918-4, em especial às manifestações de CGPATRI/SI doc ([088608656](#)) que acolho, **INDEFIRO** a proposta de doação de imóvel situado na **Alameda S. Sarg. Fabio Pavani, s/nº (ao lado nº 32)**, formulada pela **Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo CCR RioSP**, com fundamento no artigo 54, II, do Decreto 62.208/2023, por impossibilidade material de atendimento, uma vez que não há indícios de tratar-se de área de domínio municipal..

II - Nos termos do disposto no artigo 36 da Lei Municipal nº 14.141/2006 abre-se o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da presente publicação, para apresentação de RECURSO, que deverá ser entregue no protocolo da Coordenadoria de Gestão do Patrimônio Imobiliário - CGPATRI, Rua Boa Vista, nº 280, 7º andar, Centro - São Paulo, das 8h às 17h, período e horário que estará franqueada a vista dos autos do processo. No ato do oferecimento de recurso deverá ser recolhido o preço público devido, fixado na Tabela integrante do Decreto nº 62.087/2022, nos termos do que dispõe o artigo 17 do Decreto nº 51.714/2010;

II - Publique-se.

III - Encaminhe-se ao DIPI, para anotações.

TATIANA ROBLES SEFERJAN

Coordenadora de Gestão do Patrimônio Imobiliário | CGPATRI

Secretaria Municipal de Gestão | SEGES

RF. 782.380.1

DIVISÃO DE ALOCAÇÃO E MONITORAMENTO DE CARREIRAS TRANSVERSAIS

Documento: [092918927](#) | Portaria

PORTARIA Nº 071/SEGES/2023

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 57.012, de 23 de maio de 2016, e na Portaria nº 12/SG/2018,

RESOLVE:

Art. 1º Fixar a unidade de exercício do servidor integrante da carreira de Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental **Gabriela Santos Neves**, RF: 890.574-6, na Secretaria Municipal de Gestão (SEGES), com início de exercício na referida Secretaria em 27/11/2023.

Art. 2º A partir do início de exercício, a Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental elencado no artigo 1º desta Portaria possuirá 60 (sessenta) dias para o envio do Plano de Trabalho Individual, conforme modelo do Anexo II da Portaria nº 12 SG/2018.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, observados, quanto à data de início de exercício nas respectivas unidades dos Analistas de Políticas Públicas e Gestão Governamental, os termos do artigo 1º desta Portaria.

Documento: [091253071](#) | Portaria

PORTARIA Nº 061/SEGES/2023

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 57.012, de 23 de maio de 2016, e na Portaria nº 12/SG/2018,

RESOLVE:

Art. 1º Fixar a unidade de exercício do servidor integrante da carreira de Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental Bruno Martinelli, RF 839.045-2, na Secretaria Municipal de Saúde, com início de exercício na referida Secretaria em 13/12/2023.

Art. 2º A partir do início de exercício, o Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental elencado no artigo 1º desta Portaria possuirá 60 (sessenta) dias para o envio do Plano de Trabalho Individual, conforme modelo do Anexo II da Portaria nº 12 SG/2018.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, observados, quanto à data de início de exercício nas respectivas unidades dos Analistas de Políticas Públicas e Gestão Governamental, os termos do artigo 1º desta Portaria.

Documento: [091339679](#) | Portaria

PORTARIA Nº 072/SEGES/2023

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 57.012, de 23 de maio de 2016, e na Portaria nº 12/SG/2018,

RESOLVE:

Art. 1º Fixar a unidade de exercício do servidor integrante da carreira de Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental. Flavio Fernandes, RF 891.516-4, na Secretaria Municipal de Gestão (SEGES), com início de exercício na referida Secretaria em 22/11/2023.

Art. 2º A partir do início de exercício, o Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental elencado no artigo 1º desta Portaria possuirá 60 (sessenta) dias para o envio do Plano de Trabalho Individual, conforme modelo do Anexo II da Portaria nº 12 SG/2018.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, observados, quanto à data de início de exercício nas respectivas unidades dos Analistas de Políticas Públicas e Gestão Governamental, os termos do artigo 1º desta Portaria.

CENTRO DE ORIENTAÇÃO E APOIO PROFISSIONAL - COAP

Documento: [095056552](#) | Despacho deferido

COORDENAÇÃO DE PROMOÇÃO À SAÚDE

CENTRO DE ORIENTAÇÃO E APOIO PROFISSIONAL

Relação de Servidores Convocados para Avaliação de Saúde Presencial para Cota de Acessibilidade

O Centro de Orientação e Apoio Profissional (COAP), no assessoramento às demandas de servidores readaptados, bem como partícipe do processo de readaptação funcional, vem convocar os(as) Servidores(as) relacionados(as) a comparecer na COGESS (Rua Boa Vista, 280 - Centro / São Paulo - 1º Andar) para Avaliação de Saúde Presencial, com vistas à complementar o pedido de Cota de Acessibilidade. Ressaltamos que é importante que o(a) Servidor(a) esteja munido de documento de identificação com foto, vestimenta que facilite a avaliação clínica e documentos clínicos/médicos pertinentes de serem apresentados, a fim de subsidiar o pedido.

LOCAL:COGESS

ENDEREÇO: R. Boa Vista, 280 Centro São Paulo SP

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO

NOME RF DATA INÍCIO

ELIZABETH FERREIRA DE ANDRADE 771.528.5/1 20/12/2023 13:30

Secretaria Municipal de Habitação

CMH/CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Documento: [095103931](#) | Ata de Reunião

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - 8ª Gestão

Data da Reunião: 19 de outubro de 2023

Local: Associação Comercial de São Paulo - Rua Boa Vista nº 51, Centro, São Paulo

Aos dezoito dias do mês de outubro do ano 2023, às 14h00, nas dependências da Associação Comercial de São Paulo - Rua Boa Vista nº 51, Centro, São Paulo, reuniram-se para a 4ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação - 8ª Gestão, conforme lista de presença, os **membros (as) e Conselheiros (as) presentes:** Sidney Nery (SEHAB), Gilberto Barbosa dos Santos (SEHAB), Nilson Edson Leônidas (COHAB), Giulia Pereira Patitucci (SGM), Tatiana Robles Seferjan (SGM), Luiz Eduardo de Oliveira Camargo (Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo), Mksuel José da Costa (MSTI), Orlandina Rodrigues Matias (Associação de Mulheres Santa Terezinha), Sônia Aparecida da Cruz (Centro Educacional Instituto Freire), Vera Eunice Rodrigues da Silva (Associação dos Trabalhadores sem Terra da Zona Oeste) Maria de Fátima dos Santos (Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste), Fernando Antônio dos Santos Junior (ULCM), Sheila Cristiane Santos Nobre (MOHAS), Osmar Silva Borges (CPIS), Jomarina Abreu Pires da Fonseca (INCLUSA - Associação em Defesa dos Direitos

Humanos e Inclusão Social), Luiz Fernando de Pontes (Instituto de Desenvolvimento Social e Cidadania de São Paulo), Vanilde Aquino dos Santos (Associação de Mulheres Santa Terezinha), Eugênio Tadeu Bernardes (CIPROMP-SP), Miguel Gomes Lima (Associação dos Trabalhadores sem Terra da Zona Oeste - Residencial City Jaraguá), André Delfino da Silva (MDF), Álvaro Augusto Andrade Vasconcellos (APEMEC), Sheila Costa Marcolino (Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos), Renata Miron de Aguiar (Ambiente Trabalhos para o Meio Habitado), Isadora de Andrade Guerreiro (FAU-SP), Samira Rodrigues de Araújo Batista (IAB-SP), Marcos Moliterno (Instituto de Engenharia de São Paulo), Nelson Saule Junior (OAB-SP), Nunes Lopes dos Reis (PEABIRU), Josileide Neri de Oliveira (SINTRACONSP), Celso Aparecido Sampaio (Universidade Presbiteriana Mackenzie), Renato Abramowicz Santos (Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos), Aristeu Zensaburo Nakamura (Instituto de Engenharia de São Paulo) e Carlos Antônio Mattos (Associação Comunitária Fazenda do Carmo).

Convidados (as) presentes: Maria Helena Ferreira de Almeida (SEHAB/SECMH), Mônica Hassen Nasser (SEHAB/SECMH), Rogério Aparecido Pereira Frontelli (SEHAB/ASSIST), Armando Lopes Leal Junior - Manduca (SEHAB/Mediação de Conflitos), Ana Cristina Silva (SEHAB/CFT), Ângelo Filardo (SEHAB/CFT), Vanessa Padiá de Souza (SEHAB/Mananciais), Dulce Helena dos Passos Santana (Taquiografia), entre outros.

Conselheiros (as) ausentes: Milton Vieira Pinto (SEHAB), João Cury Neto (COHAB), Silvio Eugênio de Lima (SEHAB), Ricardo Luiz Alvarez Ferreira (SEHAB), Edson Ortega Marques (COHAB), Marcela Cristina Arruda Nunes (SEGES), Sidneia Maria Correia Leite (SIURB), Bruna Eloisa Iarossi Xavier Cruz (SMADS), Adriana Márcia Prado de Araújo (Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo), Mônica Therezinha Bartie Rossi (CDHU), Rodrigo Mendes Romão (CEF), Cristina Pimenta Nunes (COHAB), Adria Giaccheri (SIURB), Cristiane Figueiredo Affonso Marques (SMUL), Sibebe de Fátima Moraes Silva Delanieze (SMUL), Wilson Cabral da Silva (SF), Sueli de Paula Santos (SMADS), Daniel dos Santos Barbieri (CDHU), Maurício Domingues de Sousa (Associação Comunitária Fazenda do Carmo), Nair Francisca Delatin (Associação Comunitária e Beneficente do Jardim Santa Adélia), Maria Zilma Alves dos Santos (Instituto de Desenvolvimento Social e Cidadania de São Paulo), Paulina Maria da Silva (Movimento Comunidade União e Luta da Casa Verde), Simone de Castro Melo (CIPROMP-SP), Fábio Monteiro de Lima (Movimento dos Trabalhadores sem Terra Leste 1), Romaine Catrine Mouniz da Silva (MSTI), Wellington Adriano da Silva (ANESP), Heleny Oliveira da Silva (Associação Comunitária e Beneficente do Jardim Santa Adélia), Alexandro Fernandes da Silva (Movimento Comunidade União e Luta da Casa Verde), José Tadeu Pedrosa (Centro Educacional Instituto Freire), Fredson Almeida Lima (AHD), Sandra Febroni Leite (Associação Estrela Guia dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste), Vani Poletti (MOHAS), Eliete Calisto da Cruz (CPIS), Welita Alves Caetano Ribeiro (INCLUSA - Associação em Defesa dos Direitos Humanos e Inclusão Social), Geni da Fonseca Monteiro (APOIO - Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste); Sandra Aparecida Rufino (CAU-SP), Adriano de Assis Lateri (Força Sindical - SP), Mauro Marcondes Pincherle (SECOVI-SP), Edson Ramos (UGT-SP), Ana Luiza Patriota Costa Crevelaro (APEMEC), Josélia Martins Pereira (APOIO - Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste), Noemi Yumi Rodriguez (Ambiente Trabalhos para o Meio Habitado), Rayssa Cortez (CAU-SP), Tales Fontana Siqueira Cunha (FAU-USP), Débora Sanches (Universidade Presbiteriana Mackenzie), Carlos Augusto dos Santos (Força Sindical - SP), Ana Gabriela Akaishi (IAB-SP), Fernando Guilherme Bruno Filho, Adelmo Bassi Júnior (Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais), Ceci Soares Krahenbuhl Piccini (SECOVI-SP), Sueli Ramos de Lira (SINTRACONSP), Jerusse de Avila Gorziza (UGT-SP) e Erich Aby Zayan Feldberg (SINDUSCON-SP Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo).

Conselheiros justificaram ausência: David Prando Cotta (CEF) e Daniela Ferrari Toscano de Britto (SINDUSCON-SP Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo).

Pauta da Reunião: Item 1- Aprovação da Ata da 3ª Reunião Ordinária do CMH de 20/07/2023. **Item 2-** Informes do novo Edifício Wilton Paes de Almeida (WPA); **Item 3-** Atuação de risco em áreas de Mananciais- Billings e Guarapiranga. **Item 4-** Solicitação de esclarecimentos enviada por e-mail pelos conselheiros Nunes Lopes dos Reis (Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais) e Jomarina Pires de Abreu da Fonseca (Movimento Moradia Central e Regional). **Item 5-** Assuntos Gerais. **Início Reunião:** Sr. Sidney: Pessoal, boa tarde a todos. Primeiro quero agradecer a presença. A nossa última reunião online não foi muito profícua. Nós conseguimos esse espaço. Então de antemão agradecer a doutora Ellen, que é Diretora Jurídica aqui da Associação Comercial, e o Presidente da Associação Comercial pela disponibilização gratuita do espaço para que possamos tratar aqui da reunião do nosso Conselho Municipal de habitação, que é uma pauta de interesse público e coletivo. E não obstante a isso também, eu gostaria de render as minhas homenagens póstumas a nossa Conselheira falecida, Maria Zilma, que ela prestou relevante serviço para este Conselho e participou aqui também como membro, e gostaria também de deixar registrado dessa forma. Vou começar pela nossa pauta no dia de hoje. Não sei se todos aqui têm a relação da pauta, mas uma coisa também para deixar consignado, provavelmente nós estamos nos aproximando de final do ano e nós temos uma limitação de espaço, com relação aos espaços de SEHAB, pode ser que ocorra a necessidade de fazer alguma reunião online. Nós estamos procurando ter um espaço definitivo para que possamos tratar a pauta do Conselho Municipal de habitação, que é uma pauta relevante, num ambiente bem definitivo e que seja produtivo para

todos, está bom? Então, muito obrigado aqui pela participação e pela presença de todos. Vamos começar aqui pela nossa pauta, que é a aprovação da Ata 3ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação, de 20/07/2023. Aqui eu gostaria de saber quantos conselheiros tem presentes? Por favor, levante a mão. Ok. Gostaria também de deixar consignado, eu, como presidente do CBH, tomei ciência do regimento, de acordo com o Art. 3º, só é permitida a voz e voto aos conselheiros titulares, na ausência deles aí se faz necessário, o suplente fazer o voto ou a voz. Está bom? Muito obrigado. Então, partindo dessa premissa, já que todos já têm aí essa Ata da 3ª Reunião em mãos, eu gostaria de saber se todos estão de acordo, permaneçam sentados com o teor da Ata da 3ª Reunião. Ok? Então, registre-se aí, por gentileza, aprovação por unanimidade, de acordo com o teor da 3ª Ata de Reunião, realizada no dia 20/07/2023. **Sr. Fernando:** Só uma abstenção, porque eu não estava na reunião. **Sr. Sidney:** Ok. Então, uma abstenção do conselheiro Fernando Júnior. Registre, por favor. **Sr. Fernando:** Apenas um comentário. Você mencionou que teria apenas voz e voto os conselheiros, é voto? Voz é qualquer um? **Sr. Sidney:** Não, se pegar o Art. 3º lá, acho que, se não me engano, está escrito voto e voz também. É voz, não é isso? Art. 3º? **Sr. Miguel:** Voto. Voz é qualquer um. Voz pode ser qualquer um participante, convidado. **Sr. Sidney:** Os convidados, normalmente existe a presença dos conselheiros para filtrar as informações dos seus convidados, filtrarem as demandas, para poder expor os assuntos. Então, por isso, existe a função do conselheiro Está bom? Oi? Restou alguma dúvida aí? É voto e voz ou só voto? É isso aí, voz e voto? Por gentileza, alguém está com o regime em mãos? Pois não, leia para mim, por favor. **Sr. Fernando:** “Nas reuniões do CMH, somente os conselheiros titulares têm direito a voz e a voto. § 1º: os conselheiros suplentes tem direito a voz e a voto, nas ausências justificadas dos conselheiros titulares”. **Sr. Sidney:** Ok, muito obrigado. Então, é voto e voz, permanece aí o que está escrito no regimento. Por outro lado, também, é o que está escrito no regimento, temos que respeitar o regimento. Então, vamos fazer uma reunião para mudar o regimento. Por enquanto, é o que está no regimento. É Art. 3º, permanece aí e nós vamos dar prosseguimento. Perfeito? Bom, prosseguindo aqui, nós temos aqui o Item dois Com relação à pauta, o Item dois ele trata dos informes com relação ao edifício Wilton Paes de Almeida. E aí vamos trazer aqui a presença da arquiteta Ana Cristina, para que ela possa tecer alguns comentários sobre o quão estão as obras e o andamento, as providências adotadas por essa prefeitura municipal, no sentido de a gente dar uma resposta à sociedade com relação àquele fatídico incêndio que houve no prédio. Essa obra ficou muito tempo parado. Por que que ela ficou parada? Porque existia ali resquícios de restos humanos, então, a obra ficou embargada. Ficamos impossibilitados de avançar. Mas que hoje já conseguimos destravar essa pauta e gostaria de, através deste Conselho Municipal de Habitação, dar uma devolutiva para a sociedade. Então, nesses termos, eu passo aqui a palavra para arquiteta Ana Cristina. Muito obrigado, Ana. **Sr. Fernando:** Só uma questão de ordem. Em que momento da pauta vamos tratar do calendário das reuniões, comitê de mudança, horário? **Sr. Sidney:** Aqui eu estou com a pauta, até o Item quatro deve está registrado. Item 5, tem assuntos gerais. Eu acho que o senhor poderia colocar nos assuntos gerais e fazer a sua colocação, por gentileza, está bom? Muito obrigado. Ana, é com você. **Sra. Ana Cristina:** Boa tarde. Eu sou arquiteta aqui da SEHAB, cuido do projeto Wilton Paes de Almeida. Gostaria de chamar aqui para me ajudar na apresentação o arquiteto fiscal da obra, fiscal, desculpe. Ele é fiscal da obra e do projeto. Nós vamos contar aqui um pouco do que está acontecendo no WPA, do que foi feito até hoje e como estão os projetos. O terreno fica localizado aqui na esquina da Avenida Rio Branco com Antônio de Godoy, no centro, onde encontra um terreno de um edifício projetado por um arquiteto muito famoso aqui de São Paulo, arquiteto Rogers Zmekhol, em 1961. O edifício foi tombado pela sua importância histórica da arquitetura, em 1992. E o edifício, infelizmente, desabou devido a um incêndio no 1 de maio de 2018. O edifício foi inaugurado em 1968 para ser sede de um conglomerado de empresas. Foi sede da Polícia Federal de 1988 a 2003. Depois, foi abandonado e ocupado por movimentos sociais. Na madrugada de 1 de maio de 2018, um incêndio, infelizmente, consumiu e destruiu o nosso histórico edifício WPA, tirando tragicamente a vida de sete pessoas que habitavam no local. Aqui são imagens do edifício de quando era antes, como ficou. Aqui é uma imagem do terreno hoje. E através de alguns atos emergenciais da prefeitura, os desamparados foram abrigados por inúmeros programas da prefeitura, levando em consideração as carências por habitação de interesse social do centro de São Paulo, por meio da SEHAB. Vamos construir um empreendimento no local. Nós teremos lá 105 novas unidades habitacionais. Bom, o que foi feito até agora? Eu vou chamar aqui a palavra do meu amigo arquiteto Ângelo, que ele é fiscal do contrato, para ajudá-los nas nossas informações. **Sr. Ângelo:** Então, seguindo o roteiro. O primeiro passo foi a transferência do imóvel, do patrimônio da União para a prefeitura, e essa transferência, que é final de 2019, ela é condicionada ao uso por habitação social. Foi incluído, inclusive nesse processo de transferência, um estudo preliminar, um estudo de aproveitamento do terreno por um novo edifício. O desabamento do edifício, ele descaracterizou o tombamento, quer dizer, o tombamento é de um imóvel que está de pé. Existem casos de reconstrução integral, mas não foi esse o caso. E, no entanto, mesmo não sendo mais um imóvel tombado, o terreno fica na envoltória de imóveis tombados, é uma área em volta de um determinado bem de interesse, no caso, o principal é o Teatro Municipal, é o que pega ali um pedacinho do terreno, e isso implica, então, em uma nova... Algumas restrições vão precisar de aprovação pelo CONDEPHAAT. E, além disso, o terreno está dentro do perímetro da operação urbana/centro. Cogitou-se de utilizar recursos e, portanto, restrições, exigências da operação urbana. Acabou não indo para frente, ele não está

incluído, como obra, ele não está incluído em uma operação urbana, hoje, no momento, quando em vigor, com tudo que está em vigor. Então, com a aprovação de Projeto de Lei, Portaria da União e tudo mais, em maio de 2020, dois anos e alguns dias depois do desastre local, foi feita a transferência do imóvel da União para o município. Posteriormente, a questão do destombamento foi formalizada, quer dizer, não é nada automático, que porque caiu um edifício, ele não é mais tombado. Então, houve um parecer do CONDEPHAAT nesse sentido. E também foi expedida a matrícula um pouco depois, já em nome do município, com a condição de implantar e manter no local, está escrito ali embaixo: “Implantar e manter no local de empreendimento habitacional de interesse social”. Também com um prazo para início de obras. Quatro anos para o cumprimento da finalidade da doação. Isso é de 2020, de outubro de 2020. Então, nós estamos há um ano de vencer esse prazo, espero que consigamos, porque na verdade, nós cumprimos já alguma coisa, mas vamos falar em seguida, vamos para frente. Como já foi dito aqui, a Ana adiantou, ao desabar o edifício, além dos sete mortos, haviam dois desaparecidos, ninguém sabe, assim, desaparecido no sentido que não sabia sequer se eles estavam mesmo lá dentro. Então, o monte de entulho que tinha ali, o entulho foi removido e inspecionado o edifício, mas ficou o entulho do nível do chão para baixo, vamos dizer assim, o prédio tem um subsolo e meio, tinha um subsolo e meio, e esse buraco todo ficou cheio de entulho. Potencialmente, poderia haver vítimas nesse entulho. Então, o processo de remoção desse entulho foi considerado uma coisa mais delicada, que não poderia ser feita como uma operação, uma simples escavação de obra. Além disso, com esse entulho ali em cima, era impossível fazer um tipo de prospecção, sondagens e tal, que permite dimensionar fundações e tomar algumas outras decisões de projeto. Então, a gente precisava correr em paralelo ou até, a rigor, antes de fazer o projeto, precisava limpar o terreno. Mas para ganhar algum tempo, até que deu certo, foi separado o projeto, contratado um projeto de um novo prédio para aquele lugar. Então, a obra de remoção do entulho, com acompanhamento, que foi chamado de arqueológico, mas ele é meio forense, aquela coisa de inspecionar os restos, que é um trabalho parecido com arqueologia, acabou sendo feito por uma equipe de arqueologia, mas que tinha mais a ver, não com o aspecto histórico, mas com o aspecto forense, criminalístico, de identificar restos humanos. Bom, inicialmente, foi tentada uma contratação em que o monitoramento e a escavação estariam no mesmo contrato, ou seja, uma empresa de remoção “subcontratária a arqueologia”, e não deu certo, as empresas não se interessaram por esse tipo de esquema misturado. A licitação foi até à abertura, não apareceram interessados, foi refeita a licitação, separando dois contratos: a remoção do entulho acompanhada por uma empresa especializada, que tenha a especialização em arqueologia. Esse trabalho está em fase de conclusão, que ele se iniciou o ano passado. O trabalho de remoção do entulho se iniciou no ano passado. Não foram encontrados restos humanos. Então, sabemos que não há duas vítimas fatais adicionais. Também não se encontrou nada de muito importante. O principal foi identificar onde estão os restos de construção que vão ser um problema para obra, complica fundação, coisas assim. Também uma descoberta importante, havia uma ideia de talvez aproveitar a fundação do prédio antigo no prédio novo. Aparentemente, as fundações estão rompidas. O certo é que como estávamos tocando o projeto em paralelo, a opção foi tirar o projeto, tirar a fundação do edifício novo da interferência com o edifício antigo, ou seja, mais ou menos, no meio do vão antigo a fundação do novo. E então, com essas condições, foi iniciado, foi licitado, contratado e iniciada a execução de um projeto até o nível de projeto executivo. Inicialmente havia uma limitação ao coeficiente de aproveitamento, poderia construir quatro vezes a área do terreno com uma área de apartamentos para simplificar, os apartamentos poderiam ter até quatro vezes a área do terreno, as outras áreas não são computadas pelo CA. Posteriormente, votou uma consulta que havia sido feito na Secretaria de Licenciamento, que é: “Bom, nós não podemos reproduzir a volumetria do prédio original?” E a resposta foi sim. Então, aí o tamanho do prédio aumentou, porque dá um coeficiente maior que quatro, agora eu esqueci qual, mas é bem alto. Acho que seis no computável, aproximadamente. Então, seis vezes a área do terreno em área de unidades, que deu essas cento e poucas unidades, 105 unidades que a Ana acabou de falar. Então, aí foi contratado o projeto, ele está sendo executado como modelagem de informação da construção, que é uma forma de elaboração por computador, o BIN, em que já sai, mais ou menos, quantitativos, o modelo tridimensional, tem uma série de vantagens, e está sendo introduzida essa forma de projeto na prefeitura. Então, aquelas etapas de projeto preliminar básico, executivo, viram os pacotes que não têm correspondência exata com base do executivo. Vai ser elaborado um pacote de Informações, correspondentes ao projeto executivo, e isso vai servir para citar a obra. Então, é até o projeto executivo, para simplificar. Em relação ao programa de necessidades, foi feita uma consulta à Secretaria, sobre o aproveitamento do térreo. Aquela esquina boa ali do Largo do Paissandu, desde o início se considerou que mereceria um uso não residencial no térreo. E se chegou à uma solução, então, que para o térreo e a sobreloja seria proposto um equipamento público. As secretarias municipais foram consultadas, no final a Secretaria da Cultura se interessou. Nós não falamos em nome da Secretaria de Cultura aqui, no momento, é uma casa de cultura que está prevista ali. Vamos entender que até essa obra ficar pronta, muita coisa vai acontecer, a Secretaria pode mudar de ideia quanto às suas intenções, mas ela não vai mudar a intenção de utilizar o espaço. Então, vamos dizer, essa parte aqui em cima é a portaria residencial. E aí dessa linha para baixo é um uso comum, tem uma praça coberta, uma parte dela é descoberta, que a ideia é que isso seja tratado como um memorial do prédio e das vítimas do desastre, das duas coisas.

Está previsto aqui, então, em uma parede que no futuro venha a ser proposto um memorial. Isso aqui como obra é uma parede, não tem nada disso. Aqui se propõe alguma coisa. E não está desenhado aqui, mas aqui vai ter um fechamento. Então, aqui onde tem duas árvores desenhadas, e esse fungo aqui, e lá é residencial. E esse outro L aqui e um andar de cima desse é da Secretaria de cultura. Aí perto do elevador ali se sobe no terceiro andar, deixa eu ver aqui. Não tem o terceiro andar aqui, mas o segundo andar, térreo e o primeiro é da Cultura, segundo andar é o uso comum do edifício. Salão de festas, uns brinquedinhos no canto ali, dois brinquedos, três brinquedinhos no canto, um *playground* e tal, para completar a área de lazer do prédio. E do terceiro andar para cima, então, são apartamentos, o perfeito tem elevador, porque é muito alto. Aí são quatro apartamentos de um dormitório e um apartamento de dois dormitórios. Esse tamanho menor do apartamento teria a ver com... Essa circulação mudou um pouco, não é solta assim, ela é encostada no prédio, mas isso é detalhe. Esse perfil um pouco mais modesto do tamanho das unidades, foi discutido lá no início do projeto como uma coisa que tinha mais a ver com o perfil das famílias do centro, da demanda, que naquela ocasião, se considerava que seria atendida. Bom, eu esqueci de falar, o projeto é do arquiteto Mário Bizeli. Está trabalhando junto com a empresa JJ Malucelli. E há uma previsão de término, vamos dizer, até o final deste ano, início do próximo. E tem que ficar em pronto em tempo para licitar antes que entre a restrição eleitoral, isso é um ponto, que tem um maior um momento lá em mês de maio, que não pode mais contratar nada, ou se for contratar, tem que botar todo o recurso, e aí complica a vida da administração. Então, aqui é uma versão um pouco anterior do projeto, mas que dá para ver uma tentativa primeiro de manter uma volumetria similar à do projeto original, o que que estava lá antes, sem imitar, é só um volume. Essa parte foi colocada aí meio como ficha técnica, todo mundo recebeu a apresentação para poder verificar datas, contratados, processo administrativo, etc. É o que está em andamento, vamos dizer, a intervenção lá já começou o ano passado, que foi toda essa parte de remoção do material do desabamento, com demolição de estruturas de concreto no subsolo, para deixar o terreno em condições de construção. E bom, é isso. **Sr. Sidney:** Pessoal, passa aqui agora após a apresentação, obviamente deve restar algumas dúvidas. Eu gostaria que os conselheiros tenham a palavra, para que tendo dúvida, faça as perguntas devidas, para que possamos respondê-los. Tudo bem? Pois não, pela ordem, quem? Pois não, Renato tem a palavra. **Sr. Renato:** Sou conselheiro pelo Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos. E a pergunta, mais do que para os arquitetos, é para a SEHAB. Eu gostaria de fazer a pergunta, qual é a demanda para esse edifício, essas unidades, qual é o planejamento de famílias para receber? Porque eu queria colocar esse projeto em um contexto histórico e social do momento ali do Largo Paissandu. Porque eu acho importante fazer um memorial dessa tragédia que consternou a todos. Mas é também importante que lembremos que esse edifício que caiu era uma ocupação, tinham pessoas morando lá que não receberam atendimento, algumas pessoas receberam atendimento provisório, o auxílio-aluguel, algumas foram encaminhadas para centros temporários de atendimento, mães com crianças, e não foram atendidas e estavam morando ali. Então, para além de um memorial de quem perdemos nessa tragédia, tem aí um legado para aqueles que perderam suas casas e não tem perspectiva de atendimento. Então, eu trago a demanda que existia naquele prédio, para saber se ela vai ser contemplada de alguma forma. E também da demanda do em torno, porque essa região do Paissandu tem várias ocupações, e um pouco o receio que movimentos têm, entidades da sociedade civil, é que sabemos que tem um projeto de intervenção ali para o Paissandu, uma PPP que visa inclusive remoção dessas ocupações consolidadas na área. Então, se esse edifício não dialoga com a realidade socialmente existente, ele se torna uma ameaça, aproveitar a tragédia para ameaçar quem está morando ali. Então, é por isso que eu explico que quero saber informações de quem pretende ser atendido por esse imóvel. Muito obrigado. **Sra. Isadora:** Completando, eu sou Isadora, também conselheira pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Completando a mesma pergunta do Renato, quer dizer, quem é que está sendo pensado para ser a demanda do local? Como arquiteta, também preocupa que 4/5 dos apartamentos sejam de apenas um dormitório, portanto, para a família sem filhos. Então, seria interessante entendermos como que essa demanda está sendo pensada, porque certamente não é para famílias com filhos. **Sr. Nunes:** Eu acho que é só na mesma extensão, se puderem informar também qual é o programa que vai ser executado, pelo Pode Entrar? É por algum outro programa, é pelo programa de locação social? Para dizer também qual é o programa municipal, Federal ou estadual, que está previsto aí de ser executado esse projeto? E qual que é a área das unidades? **Sr. Sidney:** Nós podemos ir respondendo parcialmente às perguntas, para não acumular. Pode ser? Pois não. Do ponto de vista técnico, se vocês puderem retomar a palavra, já volta com relação à SEHAB. Ok? Obrigado. **Sr. Ângelo:** A questão técnica que haveria é o tamanho dos apartamentos. Não havia no início, eu não estava nessa hora, mas eu não sei, eu não estava lá, não havia no início um cadastro específico de famílias em cima do qual seria desenvolvido o projeto. Então, ele foi proposto em cima de um perfil genérico da demanda de moradia do centro, que se entendeu na ocasião lá, suponho que a área social da SEHAB, que há um grande número de famílias pequenas, de pessoas sozinhas, de casais de idosos, etc. Não quer dizer que não existam famílias maiores nessa demanda, o que quer dizer que nesse empreendimento você atenderia famílias menores, predominantemente de cada cinco, quatro seriam pequenas famílias ou uma seria uma família maior. Também havia a questão que os apartamentos são pequenos, 40 a 45 metros quadrados. O de dois dormitórios é muito pequeno, é de 45. São quatro por andar, são quatro de um dormitório e um do canto que é de dois.

Aí as demais questões sobre demanda e modelo de financiamento, para o projeto isso não foi uma questão, então, não temos, não sabemos. **Sr. Sidney:** Aqui eu posso retomar a palavra, sem problema nenhum. Esse prédio, a princípio, todas as estações foram garantidas aí pelo Tesouro mesmo do município, e pode ser enquadrado dentro do âmbito do Pode Entrar também, como modelagem de financiamento. E a ideia, e o que defendemos e vai executar, é que aquelas famílias que ali estavam, quem foi realizado um cadastro, tomando ciência que agora do número de pessoas cadastradas, do perfil socioeconômico, que essas famílias têm preferência e prioridade no atendimento. Entendeu? Então, eu estou aqui, enquanto que nós estamos debatendo, já estou pedindo algumas informações aqui, se não chegar tempestivamente, na próxima reunião do dia 24, voltamos nesse tema, porque nós temos que dar o perfil das famílias que vão ocupar esse prédio. Tudo bem? Fica aqui o compromisso da SEHAB. Está joia? Perfeito? Então, foi feito o auxílio-aluguel, tem famílias no auxílio-aluguel. **Sra. Isadora:** No prédio novo, esse projeto novo, ele vai ser por compra ou aluguel? **Sr. Sidney:** Não, esse aqui, o perfil dele é o perfil de subsídio mesmo, por compra mesmo, eu não vejo a possibilidade de locação ali, respondendo à sua pergunta. **Sr. Nunes:** Pode Entrar? Minha Casa Minha Vida? **Sr. Sidney:** Pode ser, inclusive, nós tivemos reunião recentemente aí com o Ministério das Cidades, existem alguns programas que estamos vendo essa possibilidade de alavancagem também pelo programa do âmbito do Governo Federal junto com o municipal contrapartida. Mas ali o que eu garanto é que recursos para execução do município tem, é uma prioridade, temos que dar essa resposta para a sociedade, está bom? **Sr. Nunes:** Não vai atender Faixa-2? **Sr. Sidney:** A ideia ali é HIS, Faixa-1, estamos falando de Habitação de Interesse Social, está bom? Beleza? Faixa-1. Pois não, pela ordem. Quem fala? conselheira Nome? **Sra. Jomarina:** Jomarina. Eu queria fazer uma pergunta que já fizera, mas eu vou repetir de novo. Como é que está selecionado essa demanda? Porque ali, no em torno várias pessoas que não moravam naquele prédio, mas moravam ali no Largo, foram prejudicados, por causa de quando o prédio caiu, teve aquele inquérito policial com as lideranças. Foram lideranças presas, teve dois prédios ocupados ali na frente, nº 53, e o nº 47, que foi cortada a energia. Nós moramos lá oito meses sem energia, por causa da queda do edifício. Tivemos que financiar a nossa energia, conseguimos legalizar a nossa energia. E estamos lá e está tendo essa demanda, essas PPPs do Paissandu. Essa demanda aí, no fundo, no fundo, sabíamos que não vai ser para as famílias que moravam lá, porque as famílias que moravam lá, a metade que ficaram recebendo aquele auxílio, nem estão mais recebendo, foram cortados os auxílios. Então, eu gostaria aqui, perante todos os conselheiros aqui, que pense direito nessa demanda lá, porque tem muitas famílias que foram prejudicadas. Famílias que foram presas, exatamente não morava lá, não fazia parte desse movimento, mas aí sofreram, que ainda estamos com um inquérito. Esse inquérito ainda está correndo aí. Isso de voltar de novo, ser liderança preso. Então, eu peço aí para você que está aí representando, é o secretário aí, que penso direito aí nessa demanda, penso, como é que vai fazer isso aí. Porque é muito fácil chegar aqui e falar: “Olha, está fazendo, está fazendo”, e não ver o que aconteceu lá atrás. Então, fica aí meu apelo aí para rever essa demanda, realmente ver mesmo quem vai ficar, se são as demandas do em torno, porque o em torno também sofreu muito por causa dessa queda desse prédio. E sabíamos que já era uma tragédia anunciada. **Sr. Sidney:** Eu vou só aqui pela ordem, registre-se que que está convocado também o pessoal da nossa CTS. Então, o pessoal da Coordenadoria Técnica Social, eu já estou convocando ela para a nossa próxima reunião, para ela dar esse perfil da estratificação das pessoas e como que está enxergando essa questão do em torno. Então, eu vou estou convocando aqui, na próxima reunião, deixamos consignado que ela vai participar e prestar os esclarecimentos. Tudo bem? Ok? **Sr. Nelson:** Boa tarde. Eu sou o Nelson Sales Júnior, estou aqui representando a OAB aqui de São Paulo. A minha questão é justamente essa preocupação que já foi colocada. Eu não sou arquiteto, mas eu vi que está sendo feita uma cirurgia clínica bem naquele terreno, para tentar ver quantas habilitações podem ser feitas. Até achei estranho que lá o CONPRESP disse: “Olha, agora que vai ser para Habitação de Interesse Social, vocês têm que respeitar o que era antes”. Para mim é um absurdo, mas, enfim. Um parecer, para mim, é meio estranho. Mas o que eu queria a colocar é se tem esse em torno do Largo do Paissandu que tem essa demanda, o que me pareceu estranho é que se construiu um prédio sem antes saber qual a demanda que vai para um prédio, eu acho meio estranho, principalmente se habitação social. Se fosse comercial, tudo bem, você pode aí tentar arriscar, faz qualquer empreendimento e ver se dá certo. Agora, para social, me parece que teve um problema aí de metodologia, no mínimo, ou de diretriz. E como pode se tentar resolver isso? Porque a minha pergunta é: só vai ficar nesse prédio cirúrgico, no terreno que teve essa situação, não se pensou como acoplar mais áreas ali para pensar um empreendimento para interesse social, até que para mim, eu não sou arquiteto, novamente, mas para mim é uma torre de um prédio de 21 andares, para habitação social. Posso estar enganado, mas me assustou um pouco, pessoas que são, como falou, idosos e tal, vão ter que estar no prédio de 21 andares, que acham que tem a característica do prédio social, devia ser mais acessível, menos andares, com mais acessibilidade, tudo isso. Bom, até por questão de segurança. Então, a minha pergunta é essa, se tem algum projeto pensado de forma mais extensa para essa área do em torno do Paissandu, na perspectiva social. **Sr. Sidney:** Então, dentro da perspectiva social, o que nós vamos fazer? Além da CTS, nós temos um programa aqui para o centro, a área central de São Paulo, e obviamente envolve ali o Paissandu. Nós vamos ver quem está tratando essa demanda lá dentro da SEHAB. Está certo? Se é COHAB ou qual o departamento que é, e faça também a convocação deles para que preste o esclarecimento com relação ao

em torno. Está bom? Não somente Wilton Paes de Almeida, mas também o em torno, quais são os impactos do em torno do WPA. Ok? Pois não. **Sr. Celso:** Por favor, meu nome é Celso Sampaio. Eu sou conselheiro pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Mackenzie. Eu queria apenas levantar uma questão que eu acho importante, que já foi mencionada pelo conselheiro Júnior, sobre a importância de nós retomarmos a discussão sobre o programa de locação social na cidade de São Paulo. Nós tínhamos informação que existia um projeto de algumas moradias para estudantes nessa região do Paissandu, para locação. É uma questão que achamos muito importante discutir se é pertinente ou não. Mas, de qualquer forma, me parece que existe uma preocupação de locação. O programa, não vemos esse programa sendo alimentado com novos empreendimentos. Então, se me permite, eu gostaria de dizer que eu acredito, sim, que esse prédio poderia ter vocação para locação social, até em função do tamanho das unidades. Se nós levarmos em consideração o documento elaborado pela SEHAB em 2018, que apontava 10.500 mil famílias morando em ocupações, 3.500 mil famílias voando de ocupações, e 10.500 mil pessoas, e fizemos uma conta rápida, isso tem 3,1 pessoas por família morando nas ocupações. Ou seja, não caberia nessas moradias. Então, eu acho que é uma discussão importante. Se ela for de locação, podemos até pensar em um público característico que possa ocupar essas moradias. E se nós pensarmos também que essas casas podem ser voltadas para quem já morava, pode ser que essas pessoas que moravam aí não têm condição de acessar. Você mesmo disse que dependeria do perfil dessas pessoas. Então, eu acho bastante importante discutirmos a demanda, acho bastante importante a cidade de São Paulo discutir um programa de locação social que atenda às necessidades, e que possa garantir para si todo o patrimônio edilício e não transferir ao mercado através de uma venda direta. **Sr. Sidney:** Perdão, aqui só fazendo uma correção. O perfil que eu estou me referindo não é o perfil econômico, é o perfil de constituição familiar. Mas deixar registrado também a colocação do conselheiro para que possamos verificar também essa questão da vocação. É isso, conselheiro Vocação do prédio. Ok? Registra para mim, por favor, obrigado. Pessoal, com relação ao WPA, tem mais alguma colocação? **Sr. Nunes:** Não, é assim, secretário, pelo que estamos percebendo aqui, da apresentação e da fala de vocês, é que, não sei, vou me atrever e fazer uma sugestão aqui, sem compartilhar com os pares antes. Mas é que não tem ainda uma definição da Secretaria de Habitação em relação nem ao público que vai ser atendido e nem ao formato de financiamento de programa e tal. Está desenvolvendo o projeto arquitetônico, para daí desenvolver. E assim, aqui, nós, conselheiros, fomos eleitos e estamos aqui, são pessoas que atuam tanto nos movimentos sociais, quanto em diversas entidades aqui que lutam por moradia. E eu acho que seria interessante, eventualmente, criarmos um espaço dentro do Conselho, o próprio Programa Pode Entrar foi construído com parceria aqui com Conselho de Habitação. Eventualmente, criar um Grupo de Trabalho que faça, sei lá, uma, duas, três reuniões, para discutir, elaborar, ajudar a construir um pouco esse perfil e desenho do que poderia ser o melhor atendimento possível assim desse projeto. Então, só aplicar aqui uma sugestão. Não sei se os seus outros conselheiros também concordam, mas acho que poderíamos pensar nisso. **Sr. Sidney:** Eu retomo a palavra aqui, eu acho assim. A sua sugestão bem produtiva, e para mim, inclusive nos assuntos gerais, procurarmos a criação de alguns grupos de trabalho aqui. Então, poderíamos dentro dos assuntos gerais tratar aí dessa pauta, e criar um Grupo de Trabalho com relação ao WPA, e alguns outros grupos de trabalho também que foram sugeridos. Eu acho muito importante aqui, que é pauta de CMH. Ok? Pois não, Max, tem a palavra aí. **Sr. Maksuel:** Boa tarde, a todos. Satisfação. Maksuel, conselheiro municipal. Sobre a questão desse empreendimento, acho importante também que eu não sei se para os conselheiros foi só uma forma de apresentação, para falar o que está fazendo a respeito do empreendimento. E sobre o empreendimento em si, com quem foi discutido o projeto, porque tipo, foi feita a apresentação bonita, vai ter lá o memorial. Eu acho que o prédio todo é um memorial, primeira coisa. Se for para construir mais unidades habitacionais que construa, eu prefiro atender mais pessoas do que ter um muro lá para colocar foto das pessoas que foram embora. Sinceramente, o prédio todo é um memorial. Outra coisa, tem do lado ali, descendo ali na São João, já tem lá um centro cultural enorme lá, já tem um centro cultural ali. Aí eu estou vendo que metade do terreno é para construção de outro centro cultural. Tipo, não dá para colocar mais unidades habitacionais? Como que foi discutido esse projeto? Por que foi feito esse projeto? Eu sei que tem arquiteto, tem engenheiro, foi pensado, mas como foi pensado? Porque senão parece que os conselheiros estão aqui só para ver o que está sendo feito, aplaudir, dar as propostas, mas não está sendo para construir as propostas. Acho que poderíamos partir do pressuposto dessa apresentação, que eu acho que os conselheiros aqui vão concordar, porque nós queremos participar sim da construção da cidade como um todo. Queremos olhar para o projeto, quer falar com os arquitetos, com os engenheiros e falar: “Olha, o que cabe melhor para ali?”. Aí ter um GT – Grupo de Trabalho, para ser discutido isso. Nós temos aqui arquitetos, temos engenheiros, temos pessoas que não são arquitetos, engenheiros, mas tem um monte de pessoas sábias, que gostaria de usar o terreno, já que foi passado para o município, construiu o maior coeficiente possível de unidades habitacionais, sendo que sofremos a cada dia com essa questão de não ter espaços o suficiente para construir unidades habitacionais na cidade. Estava conversando com o secretário há poucos, nós temos editais abertos e não sabemos quando que vai ser construído. Temos terrenos em PPP que não sabemos qual demanda vai ser atendida. Temos esse terreno que, infelizmente, por uma ocupação, por algum tipo de problema morreu vítimas, foram vitimadas, e o prédio todo pode ser uma homenagem. Ele pode ser uma homenagem, a fachada dele pode ser uma homenagem, ele pode

ser visto pela cidade como homenagem, não só visto, como mais um espaço público para fazer visitação. As pessoas chegarem lá e tirar foto: “Ah, tal ano morreu pessoas”. Legal, e aí? E as pessoas que estão, e as famílias que ali estão? Então, acho que o plano também de execução das famílias que vão ser atendidas, acho que tem que passar pelo Conselho. Queremos saber aquelas famílias que foram penalizadas com a queda do prédio, elas vão ser atendidas sim ou não? Quantas vão ser atendidas? Sim ou não? Acho que na próxima reunião do Conselho já fica como indicativo para trazer para nós. Está bom? Obrigado. **Sr. Sidney:** Retomando aqui a palavra. Obrigado, Max, pelas indicações aqui. E se vocês estiverem de acordo, já podemos partir para uma deliberação. Então, é votar primeiro, se estiverem de acordo, com a criação do Grupo de Trabalho do WPA. Ok? Então, se os conselheiros estiverem de acordo, permaneçam sentados, por favor. **Sr. Maksuel:** Vamos mudar, Secretário, perdão da palavra, vamos mudar essa forma de votação? Os conselheiros que concordarem assim, levantem a mão. **Sr. Sidney:** Então, por favor, os conselheiros que concordarem, levantem a mão. Agora eu vou saber quem é conselheiro aqui, entendeu? Por isso que fica confuso. **Sr. Maksuel:** Conselheiros titulares. **Sr. Sidney:** Titulares, mas eu não sei quem são, por isso que pedimos para ficar sentado, porque aí certamente teremos por unanimidade ou não. Entendeu? Mais tranquilo, quem tiver de acordo, levanta a mão, obviamente, e se alguém não tiver de acordo, que, na verdade, se levante e fale alguma coisa. Tudo bem? Ok? É que eu não sei quem são os conselheiros, mas ok, de acordo aqui, pelo que foi levantada a mão, tem suplente e tem titulares. **Sr. Fernando:** Fica como proposta, já para os senhores deste Conselho, na próxima reunião que tenha o crachá de identificação. **Sr. Sidney:** E ficamos aqui meio perdido, o que está fazendo leitura aqui, não sabe se está votando ou não, se é titular ou não, esse é a questão. Mas fica a questão, a dica aí para colocar um crachá de identificação, porque realmente não sabemos. **Sra. Fátima:** Antigamente tinha crachá. **Sr. Sidney:** Então, tem que providenciar, o pessoal do CMH, providenciar para nós essa identificação, por gentileza. **Sr. Maksuel:** Quando você fala: “Desculpa, conselheiro se eu tiver errado, vocês podem me corrigir, que vocês já me conhecem, sabem que eu sou chato. Quando fala assim: “Permaneça como está”, por mais que a pessoa discorde, fica... Todo mundo não se manifesta, a pessoa fica meio travada para se manifestar. Quando coloca o crachá, árias reuniões levantamos crachá e teve discordância, debatemos o assunto até o final, até todo mundo concordar. Saiu todo mundo aqui concordando ou discordando do assunto. Às vezes, encerrou a reunião aqui naquele assunto, que acabou o tempo. Mas não saímos daqui sem discutir. Eu estou mentindo aqui? Então, acho que é importante usarmos essa ferramenta. **Sr. Fernando:** Eu acho que no ponto dos assuntos gerais podíamos ter mais cuidado, inclusive nessa pauta. Acho que para entendermos mesmo, quando abre a reunião, qual é o tempo de quórum para essa reunião, quem são os conselheiros aptos a votarem, quem está substituindo os titulares. Acho que tem uma questão de organização desse Conselho precisa ser cuidado na pauta sim. **Sr. Sidney:** Perfeito. Eu estou de acordo também. Maria Helena, tem que deixar providenciado aí, porque eu também estou de acordo, porque aqui ficamos meio perdido até nesse aspecto, porque ainda não conheço todos os conselheiros, e aí realmente fica difícil. Está bom? Max, ok, obrigado, pela vocação. Mas aqui, de qualquer forma, fica já instituído o Grupo de Trabalho do WPA. Está bom? E nesse Grupo de Trabalho nós vamos tratar dentro dessa visão da colocação dos conselheiros. Perfeito? Ok? Ato contínuo, então, passamos aqui, vamos só delimitar, então, em função do tempo, nós temos mais dois itens na pauta. Não quero atropelar a pauta nem nada, eu quero só combinar o prazo, para que possamos trabalhar Item por Item. Tudo bem? Esse é o Item 3: é atuação de riscos em áreas de mananciais Billings e Guarapiranga. A secretária-executiva Elizabeth França não está presente, justificou a sua ausência, está em outra audiência, mas mandou aqui a sua representante, que é a Vanessa Padiá. Vanessa, por gentileza, qual que é o tempo que você precisa para fazer a sua apresentação? **Sra. Vanessa:** 15min. **Sr. Sidney:** 15min. Então, vamos consignar aí 15min e mais, no máximo mais uns 15min para poder fazer o debate sobre o tema, se houver. Ok? Perfeito? Então, eu passo agora a palavra, então, para discutir o Item 3, que é um programa de mananciais, que são constituídos de oito lotes, no município de São Paulo. Obrigado. **Sra. Vanessa:** Bem, boa tarde a todos. Alguns aqui já me conhecem, os que não me conhecem. Meu nome é Vanessa Padiá. Eu vim representando a Secretária Executiva Elisabete França. Eu sou diretora de planejamento de projetos das áreas de mananciais, hoje. Agradeço ao secretário, pela oportunidade de estar aqui, à Elisabete França, e todos os conselheiros que me dão a oportunidade de estar apresentando esse trabalho nosso para vocês. Primeiramente, mostrar para vocês, vou fazer um panorama, que foi solicitado virmos apresentar as nossas atuações em áreas de risco. Então, atuamos no que está em amarelo, é a Capela do Socorro, verde, é M'Boi Mirim, e roxo, cidade Ademar em azul, e mais abaixo temos Parelheiros. Bem, dentro dos dados gerais, veíamos trazer informações para vocês com relação ao panorama do que vivemos hoje, Brasil, que temos 5,2 milhões de domicílio assentamentos precários, e 8% total desses municípios do país. O município de São Paulo, 530 mil. O que isso representa? 50% do total de domicílios do estado, e 13% do Brasil. Dos valores que vimos falando, dentro de mananciais, temos 129.011 mil domicílios em assentamentos da região de mananciais. Dessas áreas, 24% do total, são accertamentos precários. 57 mil domicílios na área do Guarapiranga, e 72 mil na Billings. Desse contingente, dentro dessas áreas, 55% da população está em vulnerabilidade média ou alta. E Billings, 55%, em média ou alta vulnerabilidade. Em face do que aconteceu, da reunião anterior ter sido *online*, teve tempo para que vocês vissem também a apresentação e o material que produzimos, para que vocês pudessem também se manifestar.

Com relação aos nossos valores de atuação hoje, dentro das áreas de mananciais da Billings e Guarapiranga, temos em produção 8 mil unidades habitacionais. Eu estou falando números redondos, vocês estão com a apresentação de vocês. Então, 41.893 mil famílias beneficiadas, falamos o total, mas são seis novas UBSs, três creches e 15 novos parques. Essas ações elas estão sendo trabalhadas em parceria com a secretarias do verde, com a Secretaria da Educação e com a Secretaria da saúde. Estão sendo estabelecidos convênios, parcerias e termos de compromisso, para que isso possa ser desenvolvido. Dentro do trabalho de urbanização, provisão habitacional. E qual é o nosso mote principal, que vem sendo muito discutido sobre o trabalho de mananciais? Nosso principal motivo de atuação é a limpeza das águas e atendimento das famílias que moram em situação de risco. Acho que são os dois principais caminhos que temos que olhar para as áreas de mananciais, que é a recuperação das águas, recuperação ambiental. E qual o nosso ponto final? A regularização fundiária daquilo que é possível fazer, recuperação das áreas ambientais, em função de parques que sejam possíveis de serem construídos, que é o caso desses 15 parques. Eu vou mostrar para vocês os exemplos na sequência. Dentro das diretrizes gerais, como já falei, temos 8 mil novas unidades habitacionais para dar reassentamento às famílias que vão ser atendidas dentro do programa. Temos a meta, dentro da meta nº 13, temos a previsão de atender à 30 mil famílias nas obras de urbanização, com relação à regularização fundiária e atendimento, com a implantação de redes de água, esgoto, drenagem, implantação do sistema viário, eliminação nas estações de risco. Criação de áreas verdes, parques, reassentamento em novas unidades, como já foi falado. Acompanhamento social, para que a população tenha um técnico social na área, em cada região você tem uma equipe que faz e presta serviço para que no ponto final consigamos a regularização fundiária daquilo que é possível. Dentro das situações de risco, como o que foi solicitado, esse aqui é um panorama geral para vocês, da classificação de risco. Do total, hoje são 157. Onde temos 56, eu falo 56, porque 46% é R3 e 10% é R4. Então, 56% estamos em situação de risco dentro das áreas de mananciais. Leva em consideração, claro que tem pessoas que são arquitetos e outros que não são arquitetos, mas quando se fala de manancial, estamos falando do rio. Como é que constrói, como é que o Rio nasce? É um vale, então, está descendo, tem morro. Então assim, as situações são sempre nessa situação de precariedade, que as pessoas acabam ocupando por não ter uma outra oportunidade, ocupam de maneira irregular, e temos que vir sanear e tentar melhorar a qualidade de vida delas e a recuperação das águas Billings e da Guarapiranga. Com relação à Billings, temos 49 áreas, e na Guarapiranga, 108. Aí fizemos uma situação de risco por subprefeitura, para que vocês tenham essa informação também. Espero que quem tiver oportunidade de ter visto, lido, possam vir a fazer as perguntas que eu possa vir a sanear. Cidade Ademar, 36, Capela do Socorro, 47, M'Boi Mirim, 62, Parelheiros, 12. Sendo dessas áreas, se formos olhar, 53% da Cidade Ademar em risco-3, da Capela do Socorro, 23, da M'Boi Mirim temos 60% em risco-3, que é muita coisa. E Parelheiros, 50% em risco-3. O que acontece? Não sei se as pessoas sabem como é essa gradação de risco, esse jeito de falar de risco-1, 2, 3 e quatro quando é risco-4 é que o negócio está desabando. Risco-3 é um pouco menor e vai descendo. Então assim, risco-3 e risco-4 é risco iminente, o negócio está feio e tem que resolver. Então, quando se fala que precisa fazer licitações novas e precisa intervir, é por conta de um risco. Esse risco não foi feito só pela SEHAB, esse risco vem CONDE, ele vem do IPT, que esse parecer é um parecer técnico que nos é subsidiado para que possamos fazer essa licitação e fazer as nossas intervenções. Separamos por tipo de risco. Então, temos escorregamento, solapamento, que é o afundamento do terreno. Não sei se vocês sabem que o solapamento afunda o terreno. Inundação e estabilização de taludes, que são os morros, começam a deslizar o morro. Como é que estabilizamos? Então, você tem jeitos de estabilizar os morros, que são aqueles desniveis que que descem na diagonal. Aí temos também a as outras duas, Cidade Ademar, aqui por tipo de risco, como eu falei. Então, temos escorregamento, solapamento, inundação e estabilização de taludes. Quer que volta ou foi muito rápido? É que vocês já têm a apresentação, se vocês quiserem, vocês têm. Foi enviada na última reunião, foi enviado tudo na última reunião, que não houve, que ela foi cancelada a reunião. Então, houve tempo de mais de 15 dias para que vocês pudessem olhar esses materiais que foram encaminhados. Então, essa aqui, este mapa são as nossas áreas. O que está em roxo são as nossas áreas dentro dos perímetros que estão em contrato hoje, todos os pontinhos roxos. Então, eles são divididos por oito lotes. O mapeamento do risco onde temos risco-1, 2, 3 e quatro o que é mais escuro é mais precário, e o que é mais claro é menos precário, e do laranjinha que são obras que já foram finalizadas. Eu vou passar um pouco mais rápido, dado o adiantado da hora, mas se vocês quiserem, eu posso mostrar para vocês, passar minha apresentação para vocês, que é o mesmo que já está na tela, para vocês irem comentando também a respeito disso. Aqui também são as áreas de limite administrativo, das subprefeituras, que agora eu vou começar a mostrar exemplos para vocês, de acordo com o que vimos intervindo. Aqui a M'Boi Mirim, onde temos o Boulevard da Paz, onde temos intervenção de urbanização e construção de unidades habitacionais, são 750 unidades habitacionais que vão ser produzidas, onde temos parque e tem uma UBS. Aí temos aqui a gradação dos riscos, que já vem sendo tratado. Já vimos trabalhando essa área há bastante tempo. As obras em desenvolvimento, a contenção de talude. Como eu falei para vocês, aquela descida diagonal, para que vocês saibam que está fazendo a contenção. Aqui já é lote nº 2, que também é M'Boi Mirim. Aqui é o Jardim Ângela, que também tem a parte de urbanização e canalização do córrego. Vocês podem ver que o ponto-chave é a eliminação do risco-3, porque o risco-2 conseguimos fazer obras de urbanização que possam manter as

famílias no local. Aí aqui a parte de canalização, a urbanização, o gabião, que vimos discutindo se é a melhor forma o gabião hoje, por conta da própria despejo de lixo que gruda no gabião, mas ainda que você faz em canal aberto, é um caminho plausível e é uma discussão de como conscientizar a população. Isso é um trabalho social que vem sendo discutido e trabalhado. Jardim Arnaldo, também urbanização. Como vocês podem ver, o que está em laranja é o que já está executado, e em amarelinho, o que está em execução. As áreas verdes que estão sendo propostas, a manutenção do marronzinho são as vielas que estão sendo saneadas, para que seja feita a regularização posterior. Aqui, exemplo também das obras, os parques, as áreas livres para as crianças, espaços que foram construídos. Manuel Vaz, também urbanização, situação de risco, risco-2 e risco-4. Está sendo saneado, já está sendo feito, parte já finalizada. As questões de área livre para as crianças, tem academia ao ar livre. Chácara Flórida são alguns conjuntos, temos obra de urbanização. Temos a recuperação de áreas verdes. Aqui é um exemplo de toda a área. Temos risco-3 e risco-2. Aí tem as aduelas, tem a parte de canalização, pavimentação, drenagem, como vocês podem ver. Temos o atendimento de 2.244 mil famílias, que vão ser atendidas nessa área. Cavalo branco. Então assim, todos vocês podem ver o que é mais escuro, é mais grave, o que é mais claro, vai diminuindo o risco, então, vai do risco-4 para o risco-2. As obras de urbanização, situação de risco, precariedade, vulnerabilidade das casas, frente do córrego, recuperação do projeto, visa a recuperação da margem, a ocupação por parques, revitalização nos espaços e a manutenção das famílias. Assim, sempre prezamos, o que é possível manter, tem que ser mantido para que possamos voltar ao caminho final de regularização fundiária. Jardim Capela. Aqui é risco-2 e 3, situação de solapamento, está em projeto. Estamos em desenvolvimento o projeto para recuperação das áreas, a canalização. Aqui, Cidade Ademar. Guacuri, que é uma área que, inclusive nós ganhamos um prêmio agora da UIA, por conta do parque, que estamos trabalhando, uma área extensa, onde temos 1 mil unidades habitacionais em desenvolvimento. O Ministério público está querendo paralisar a minha obra, porque o processo não tem ainda o Comitê de Regularização, é uma área de urbanização, eu não tenho como desenvolver isso. E o Ministério público está com interesse em paralisar uma obra que eu vou atender 1 mil famílias. Eu estou recuperando um parque que que é metade da área. Eu vou desesperá-los, só estou deixando bem claro que o Ministério público tem que olhar também que trabalhamos e faz o certo e quer recuperar o espaço, e está trabalhando para atender às famílias de maneira coerente. Mas seguimos. Aqui, a área que tem o risco, estamos recuperando, estamos dentro do parque drenagem, a Caixa vem trabalhando junto com já estamos finalizado em partes. Guacuri, projeto Renata Coradim, que fez junto conosco a recuperação, paralisação. Desemboco direto na bacia da Billings. Trecho dos outros córregos. Morro dos Macacos, contenção que vimos fazendo. Tem trecho que já está também em PAC, estamos fazendo PAC/encostas. Estamos finalizando, tem trabalho do Governo Federal e nosso, finalizando parceria com a Caixa, fica só conosco, nova licitação de desenvolvimento de obras de urbanização. Todo o risco-4 foi saneado, o que está hoje em risco-2 era risco-4, nós saneamos o risco-4 ao longo dos anos, esse é projeto é de 2012, que vem trazendo até hoje algumas licitações. E hoje temos, o que é risco-3? É o risco que está na base do córrego. Travessa Mancini, também é a urbanização, sempre com o mote de recuperação. Aqui, a área do Apurá Paulista. Como vocês podem ver, a recuperação, toda a área que tende moradias que vão ser mantidas, e a área de parque que vai ser trabalhada com apoio da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, essa área vai ter quadra, vai ter academia ao ar livre, espaço de lazer para as crianças e para as famílias, ao longo da bacia, como vem sendo feito no Cantinho do Céu. Aqui é a área hoje, o que está em desenvolvimento, como estamos durante as obras, unidades, quando você tem vazios que são remanescentes, quando você precisa sair e retirar alguma família por conta de risco, e sobra um vazio que é possível fazer uma nova moradia para que essa família retorne para o local. Essa mesma família vai retornar e isso é discutido com o social. A demanda que sai é a demanda que volta, na grande maioria das vezes, isso é trabalhado diretamente com a diretoria social dos mananciais. Jardim Castelo, também a urbanização. Neblina Leblon é uma área de extrema inundação. Tivemos um problema seríssimo no começo do ano, famílias foram atingidas. Vimos atuando com a remoção, as famílias estão sendo atendidas, e essa área vai participar junto ao parque dos búfalos, ela vai fazer parte integrante do Parque dos Búfalos e está em discussão com as famílias os atendimentos, e elas estão em tratativas para sanear esse problema de alagamento que vem acontecendo, que acontece geralmente no começo do ano. Para vocês terem uma ideia da situação em que estava as famílias morando em cima do canal. Capela do Socorro. Jardim Manacás. Projeto do Alto da Alegria, entregamos agora 34 andares, a previsão é de mais 380 unidades. Essas foram as unidades entregues. Parque São José, é uma área de recuperação de canal, que é uma área de urbanização em si, que precisam ser recuperadas as áreas. Lote nº seis é o Jardim Gaivotas, também urbanização. Nova Grajaú. Aqui já é o Monte Verde. Cantinho do céu, que isso aqui ele está dividido em cinco etapas, já entregamos a fase dois, estamos fazendo fase seis, três e quatro, já está em execução. A obra já tem um trecho entregue com a parceria com o verde. O parque já foi entregue parcialmente para o verde. Hoje chama Parque Ferrugem, que infelizmente é um parque que sofreu tudo que já sabemos. Enfim, a obra está em andamento. Mostrar um pouco do que é isso lá, uma coisa muito feliz que aconteceu foi o pessoal da Delft e do Insper, e tinha gente pescando nessa área, ainda que estejamos em uma situação precária, as pessoas estão vindo para a represa, para utilizar a represa. Então, é interessante essa recuperação que vimos fazendo para as áreas. Abreu. Jardim Iporã. Santa Terezinha. Peço desculpas pelo adiantado, se vocês

quiserem perguntar, estou à disposição. Muito obrigada. E peço desculpas seu passeio rápido demais. **Sr. Sidney:** Se você puder só disponibilizar esse material, deixa disponibilizado para os conselheiros, por gentileza. **Sra. Vanessa:** Esse material já está com eles, secretário, da última reunião, nós encaminhamos via e-mail. **Sr. Sidney:** Então, está bom. Os senhores conselheiros têm a palavra aí, se quiser fazer alguma manifestação ou consideração. E lembrando a todos, é o seguinte, que o nome já diz, Conselho, conselheiro são dotados de pessoas de senso crítico que possam nos ajudar a construir uma sociedade melhor. Muito obrigado. **Sra. Samira:** Boa tarde. Sou Samira. Sou conselheira Pelo instituto de Arquitetos do Brasil. Não é nem uma dúvida, Vanessa, a apresentação foi ótima. Só que é difícil recebermos agora tanto material e isso não passar aqui pela gente, porque eu acho até interessante que começemos a ter esse acompanhamento, porque assim, vocês estão fazendo milhões de obras, é um trabalho enorme, e nós como conselheiro municipal de habitação, acho que poderíamos, deveria poder mais desse processo também de entender. Eu acho que é óbvio que em uma apresentação de 15min não vamos conseguir ter a dimensão nem a ponto de poder ter dúvidas. Mas eu acho que seria muito interessante que essa parte de mananciais, que eu sou conselheira pela segunda gestão, e a gestão passada foi uma gestão atípica, que foi mais longa. Então assim, praticamente já estou na minha terceira gestão de CMH. E a primeira vez que vemos uma apresentação de mananciais tão detalhada. Então, eu acho que é mais uma solicitação de que possamos acompanhar, por exemplo, a mão-de-obra, que acredito que seja maior, que você falou de alguns que eram PAC Drenagem. **Sra. Vanessa:** O PAC Drenagem está exatamente na Cidade Ademar, eles são Morro dos Macacos e o Guacuri. O PAC Drenagem Guacuri, que já está finalizando, já estamos com dinheiro nosso agora, e o Morro dos Macacos também está finalizado com o dinheiro, já foi gasto o dinheiro da Caixa, hoje o dinheiro nosso e vai abrir uma nova licitação. **Sra. Samira:** E as demais? **Sra. Vanessa:** Eu acabei de participar da reunião do novo PAC, eu participei do novo PAC da última reunião que teve agora de busca de recursos, que inclusive o prazo, acho que era hoje ou amanhã, com relação a pedidos de recursos e depois tem um novo pacote. Então assim, isso ainda não foi olhado, porque estamos em desenvolvimento de novas licitações, como podemos vir a trabalhar as novas licitações com as parcerias, falar com o secretário quais são os olhares que o secretário está fazendo, para que possamos vir a alinhar isso de forma conjunta. **Sra. Samira:** Porque isso ia ser interessante, como foi colocado do Wilson Paes, temos vários arquitetos aqui que poderiam contribuir. Vemos que tem a contratação de muitos projetos. Seria interessante também entender como são feitas essas contratações, quais são os custos. Porque realmente é uma escala gigantesca da cidade, que está sendo feito diversos projetos e aqui temos pouco acompanhamento disso. Talvez já até colocaria aqui a indicação de uma criação de GT mananciais também, que eu acho que poderia ser interessante. Obrigada. **Sra. Mª Helena:** Samira, só um minutinho, o material foi enviado. **Sra. Samira:** Eu fiquei até com dificuldade de achar, mas é por um link que vocês mandaram? **Sra. Mª Helena:** Porque o arquivo foi muito pesado e nós enviamos o material. **Sra. Vanessa:** Não, mas eu não questioneei o envio, estou falando do acompanhamento, foi enviado mesmo. **Sra. Isadora:** Vanessa, obrigada, pela apresentação, muito importante mesmo. Concordo com a Samira, que é importante acompanharmos isso. Eu tenho dois dúvidas. Uma é: em vários momentos, tanto tabela, quanto na hora que você foi apresentando cada um, sobre a quantidade de famílias e depois a quantidade de famílias deslocadas. Alguns não tinha dados e tal. Será que você sabe de cabeça, não sei, mas se tem na apresentação do total, a quantidade, a relação entre a quantidade de famílias removidas e unidades construídas? Assim, essa relação entre famílias realocadas e assim, entre removidas e atendidas. **Sra. Vanessa:** A intenção é que consigamos realocar todas as famílias dentro do perímetro próximo. Se não é dentro da própria área, próximo, se tivermos em déficit, eu não vou falar números, porque realmente eu não vou conseguir te passar números. Mas o que é feito do trabalho social de secretaria-executiva é, tem a demanda. A demanda é possível voltar todo mundo? Não é possível voltar todo mundo? Então, essa família vai aguardar em auxílio-aluguel ou vai receber indenização. Isso de acordo com o que foi trabalhado com a população. Aí, dentro disso, havendo déficit, quando há déficit daquela demanda, aquela demanda vai aguardar. Eu estou fazendo novas licitações, estamos com Chácara do Conde em execução, que são 1.020 mil, é isso? Chácara do Conde não, Chácara Flórida, 2.200 mil unidades. Temos o próprio João cabanas, que é 2.570 mil. Então assim, estamos produzindo para atender às demandas, está buscando caminhos para que possamos abraçar as demandas dentro dos perímetros próximos que possamos vir a sanear o déficit habitacional que venha a ser gerado dentro das áreas mananciais. **Sra. Isadora:** E desde quando essas obras estão sendo feitas? Você está mostrando obras... **Sra. Vanessa:** São obras longas. O Cantinho é de 2008, são cinco fases, estamos hoje na fase três e quatro já andando. Por exemplo, quando você vai entrar dentro de uma área, o Maksuel me conhece há muitos anos, de Heliópolis, a gente trabalha, eu trabalhei em Heliópolis. Então assim, você vai intervir em uma comunidade, tem trechos do Cantinho do Céu que é superdifícil, porque as famílias são extremamente consolidadas, mas é uma situação sempre super precária. Então, como você lidar, como que o social atua? Essa discussão com a população. Então assim, não só o tempo de obra ele é demorado, como a discussão para que você encontre um caminho que seja salutar e seja bom para todo mundo, é difícil. Então, é neste olhar que vimos fazendo. **Sra. Isadora:** Essa era a minha última pergunta. Quanto que esses projetos, pelo que eu entendi, são arquitetos contratados? **Sra. Vanessa:** São arquitetos contratados pelas antecipações. A licitação de obra tem um valor em contrato do projeto, e eles fazem as contratações. **Sra. Isadora:** Sim, e daí a minha pergunta

é: o quanto que esses projetos eles conseguem conversar com a população, esse projeto tem algum nível participativo? **Sra. Vanessa:** Isso é um pedido da secretária-executiva, que seja feita reuniões com os moradores antes que começemos as obras. Eles têm acompanhamento. **Sra. Isadora:** Então, é a partir de algum tipo de Conselho formado formalmente? **Sra. Vanessa:** Então, os Conselhos gestores estão em formação em trechos que já estavam em obras. Temos Conselhos que foram paralisados em 2019, por conta da pandemia. Então, estamos revalidando alguns Conselhos. Outros Conselhos estamos agora, o secretário assinou algumas portarias, que estamos a encaminhamento. Então assim, estamos fazendo os Conselhos gestores para que isso seja saneado dentro dos Conselhos gestores também. E tem um Conselho participativo das próprias subprefeituras, que também vamos e também apresenta e discute com a população. **Sra. Isadora:** Mas o projeto faz parte dessa discussão? **Sra. Vanessa:** Faz parte da discussão. **Sra. Isadora:** O projeto arquitetônico e urbanístico, não é? **Sra. Vanessa:** A proposta inicial, sim. **Sra. Isadora:** Obrigada. **Sr. Sidney:** Deixe-me só complementar aqui, Vanessa, vou te ajudar e depois eu te mando a fatura. **Sra. Vanessa:** Perfeito, secretário. **Sr. Sidney:** Depois eu vou dar a palavra para a conselheira ali que pediu a palavra, só complementar um número aqui. Eu só vou só complementar um número aqui, atendendo ao pedido da conselheira para não atropelar. Tudo bem? Só complementar aqui a resposta para ela aqui. Dentro da área de mananciais, o que está previsto lá em termos de unidade habitacionais? São 8.795 mil unidades habitacionais. Depois vamos colocar isso, eu tenho um material aqui, vou disponibilizar também com relação a mananciais, vou disponibilizar o material. Mas a obra, unidades habitacionais entregues tem 1.414 mil, em obras, em andamento, tem 6.225 mil unidades habitacionais, e em projeto tem mais 1.156 mil. E o ataque que mananciais faz nessa área da Represa Billings, é muito importante consignar que tem uma urbanização de assentamentos precários, e estamos com intervenção em 39 assentamentos. Então, desses 39, entregues foram oito. Existem 25 em andamento, em obras, e em projetos tem mais seis. Então é um cenário que estamos fazendo realmente ali uma diferença muito grande nessa região, e com essas obras aqui. Outra coisa também muito importante, é que dentro do programa de metas nós precisamos fazer mais 9 mil ligações de esgotos lá, até 2024. Então, à medida que vai fazendo essa organização e vai promovendo também a questão do esgoto sanitário. Ok? Conselheira, tem a palavra aí. **Sra. Samira:** Só mais um complemento, só para poder mudar de assunto, fechar, que eu fiquei só na dúvida, quando colocou que as famílias estão sendo reassentadas na mesma área que, por exemplo, o Cantinho do Céu, que recentemente um aluno estava estudando, e penamos para achar informações, e as informações que achamos é que realmente as famílias não estavam sendo reassentadas na área, e eram muitas. **Sra. Vanessa:** É porque, na verdade, você não pode ocupar, ali é uma área que é de APP que você não pode ocupar. Por isso que você tem a área de parque do Cantinho que ela é mais vasta. Mas há as famílias que permanecem, o que acontece? As famílias que estão no Cantinho do Céu, entendemos na Chácara do Conde, temos famílias aguardando o auxílio-aluguel, e tem gente que aceitou a indenização, ação indenizatória. Então assim, são três papéis, no caso de uma necessidade de informação, Samira, encaminham pelo 156, para os alunos encaminharem pelo 156, manda para nós a informação, porque que o social também tem que passar essa informação para vocês na parte acadêmica, como sempre fizemos. **Sra. Samira:** Mas é isso, realmente ainda tem muita família da primeira obra do Cantinho do Céu. **Sra. Vanessa:** O Cantinho do Céu é caso que ele é peculiar, buscamos o atendimento na área o máximo possível, que é a manutenção das casas. O que dá para manter, mantemos. Mas lá é uma área que temos uma área de inundação, temos que fazer área de recuperação. Ali você tem um trecho que você não pode ocupar, que é o trecho da própria cota 747. Então assim, tem outros caminhos que temos que tomar dentro da área. Por isso se tornou um parque, por isso que ali é um parque e tem toda essa faixa e as famílias, sim, estão sendo atendidas, tem o João Cabanas, tem o Chácara Flórida. E aí sim, em um caso desse, as famílias aguardam para que elas sejam reassentadas. Ou quando há o aceite da ação indenizatória. **Sr. Sidney:** A ideia também de criar o GT dos mananciais é muito importante também, ter bastante debate para fazer lá dentro. Pois não, tem a palavra. **Sra. Fátima:** Boa tarde, a todos e todas. Meu nome é Maria de Fátima dos Santos, conselheira titular. Vanessa, bom te ver de novo, depois de tanto tempo, vi você e vi a Elizabete esses dias também. Eu acho que de extrema importância essa apresentação que foi colocada aqui hoje, até então, para sabermos que através de uma conselheira da cidade de São Paulo, nós estamos locados em todo o município de São Paulo. E até para sabermos que temos famílias que estão nessas áreas todas, e para mantermos e ter informação que não tínhamos anterior. Então, de extrema importância, e também colocar aqui que é importantíssimo de montar esse GT para essa discussão, para esse diálogo, para que tenhamos um acesso maior em todas as informações. **Sra. Vanessa:** Deixe-me só fazer um adendo do que você está colocando, Fátima. Com relação às famílias, e pegando a Samira e a Isadora, falando com relação às demandas, toda a demanda que é atendida, entre na vinculação que é publicizada no Diário Oficial. Temos a DEPLAN que está aqui, inclusive, fazemos a documentação, essa documentação tem que ser publicizada. A partir do momento que a família lá é atendida, é a publicização do ato, da onde ela está sendo atendida. Isso tem que ser publicizado. Ainda que tenha anonimização, que chamamos de anonimização dos dados, essas famílias têm que subir e tem que ter o direcionamento. **Sra. Fátima:** Sim, eu entendo que sabemos que a família tem que ser atendida naquela área de 3 mil metros do local, 3 Km no local onde ela foi removida, a não ser que sejam casas específicas de não ter essa colocação. Eu acho importante para que tenhamos isso mais perto, porque é uma discussão muito

importante aqui no Conselho, e não podemos deixar de estar discutindo essas partes, esse diálogo aqui no Conselho. Então, acho que é importante, secretário, que já me coloco, e tem a companhia Sheila que mora lá nesse perímetro que você está colocando. Então assim, é importante. Até colocou, sabemos que tem os Conselhos de ZEIS, os Conselhos de ZEIS que estão dentro dessas regiões, que estão dentro desses perímetros. E que é onde os moradores são participantes, mas eu coloco já aqui, e é claro que esses moradores têm que ter voz nesse Conselho, porque tem vários Conselhos que se monta, mas não deixa, os conselheiros não encaminham as coisas para os conselheiros e eles tenham voz. Isso é muito importante que tenha o GT, mas que os conselheiros desse perímetro tenham voz também dentro dessas ações. **Sr. Sidney:** Aí é sugestão, quando criar o Grupo de Trabalho é convidar também aos conselheiros para participar. **Sra. Fátima:** Exatamente. Acho que é importante isso, para que eles tenham essa relação. **Sr. Sidney:** Aqui só por uma questão de ordem. O Max pediu a palavra depois, então, fala no complemento dela e depois você fala, está bom, Max? Ele fala aqui e você fala no complemento. Vai lá, pode falar, vamos lá. **Sr. Renato:** É justamente esse ponto que a Fátima falou, que eu acho que é muito relevante e importante a questão dos Conselhos de gestores, são intervenções muitas, dá para ver que são muitos processos antigos, numa escala super grande. Seria importante no CMH termos o acompanhamento também para poder respaldar dessa forma como a Fátima falou, os Conselhos gestores. Então, se o GT fosse criado, que os Conselhos gestores, essas informações referentes aos Conselhos gestores criados e estão em processo, que possamos ter para acompanhar e fortalecer esses espaços que são os Conselhos. Obrigada. **Sr. Sidney:** Max, está com a palavra aí. O Max está lá com a palavra. Depois, Paulo, você fala na sequência, por favor? Obrigada. **Sr. Maksuel:** Só para ajudar aqui no raciocínio, nós participamos da audiência pública que fala sobre a questão do orçamento de 2024, e ficamos preocupados, porque nós estamos vendo aqui o trabalho tão importante que está sendo feito nas áreas de mananciais, e tem aquela possibilidade que não ficou tão clara. Eu achei, secretário, que poderia esclarecer para nós. Vimos com a rubrica no corte de orçamento para a área de manancial. Gostaria que o senhor falasse sobre a questão do corte, o valor, se isso realmente está sendo proposto. Porque o trabalho que está sendo feito, não pode ser paralisado com falta de recurso, só isso. **Sr. Sidney:** Bom, aqui retomando a palavra em resposta ao Max. Nós fizemos uma apresentação na Câmara municipal com relação ao orçamento de 2024, da PLOA/2024 e lá, inclusive, o que eu ia pedir para vocês? Que na próxima reunião colocássemos também para vocês qual que é a propositura orçamentar do município. E de R\$ 3,7 bi estamos pedindo aí R\$ 5,4 bi, foi o que nós pedimos lá para a fazenda, deliberação do Tesouro. Então, nós fizemos um aumento de pedido de recursos para construir mais unidade habitacional, focar lá no Programa Pode Entrar, dar continuidade nas obras dos mananciais, entidades e tudo mais. E com relação ao orçamento, a Prefeitura de São Paulo não tem questões de restrições orçamentária, o que existe são remanejamentos de orçamento, e, às vezes, uns precisam, tem velocidade de medição de obra mais que o outro, se nós precisamos de suplementação em um e, às vezes, outros param de caminhar por alguns problemas que não conseguimos adentrar na comunidade, por exemplo, para fazer obras, tirar do recurso de um lugar e passado para outro. Então, nós podíamos sim, Max, está aí na previsão para 2024, inclusive a Beth, França e eu estivemos lá ontem fazendo uma reunião no governo. E para que realmente não houvesse corte nenhum na área de mananciais para dar continuidade nos trabalhos. Então, isso é muito importante consignar. E aí ficou o entendimento de que eles vão buscar uma solução dentro do orçamento para priorizar, na verdade, a questão de unidade habitacional, moradia, intervenção em áreas de risco, urbanização. Entendeu? Então, isso nós conseguimos já, e eu creio que não vai acontecer isso de jeito nenhum, Max. O senhor tem a palavra. **Sr. Nelson:** Obrigada. Uma pergunta é sobre a questão do dos percentuais que se apresentou, você colocou um percentual de assentamentos precários. Primeiro eu queria ver como que é essa classificação que vocês fazem? Porque existe o assentamento precário, que envolve aí a precariedade do local, mas tem os assentamentos irregulares. Então, eu queria entender se vocês estão falando da mesma coisa, porque assessoramento irregular é porque atendeu à lei do parcelamento. Só que foram, praticamente todos os loteamentos que foram feitos lá na área de mananciais, que a princípio não eram para ter tido nenhum loteamento lá, de acordo com a Lei de 76. E a nossa realidade é outra, tem uma cidade ali. Mas, então, era só para entender essa questão qual é a proporção mesmo de assentamentos irregulares que ainda tem nessa região, porque isso implica depois na questão da regularização fundiária. E isso é geral, independente se é só porque é área de risco. A outra, até por essa questão agora dos recursos, você, na apresentação vi que tem vários parques sendo criados, sendo implantados. Acredito que esse orçamento não é da Secretaria de Habitação, que tem a Secretaria do Verde, enfim. É só para entender quem é que faz a gestão dessa interpretação desse espaço. Porque eu sei que um dos problemas desses parques depois é a manutenção, a gestão, a manutenção. Aí tem que ter um Conselho Gestor, mas da onde está destinado recursos para esses espaços, lógico que fundamentais para garantir que tenham algumas ocupações. E como que é a relação com o governo do estado e o Governo Federal? Já que a área de mananciais ela abrange mais do que só a cidade de São Paulo, a Billings principalmente, abrange várias outras cidades, como que é essa relação, o governo do estado também coloca recursos para esses projetos todos, ou está sendo somente da prefeitura? Tem recursos do Governo Federal? Como que é esse programa, com relação a esse pacto federativo? **Sr. Sidney:** Já te respondendo, é só o município que está colocando dinheiro lá, e estamos discutindo a questão de o Governo Federal também ter contrapartidas ali,

porque tem benefícios para todo o estado, toda a grande São Paulo. E o governo do estado tem que participar. Mas, por enquanto, é somente recurso do município. **Sra. Vanessa:** Só fazendo um adendo quanto ao que o secretário está colocando, nós temos a parceria com o governo do estado no sentido da SABESP, que nós temos parceria com a SABESP no que tange ao convênio de saneamento, onde desenvolvemos as infraestruturas, e eles fazem o repasse de recurso para nós, temos dentro do plano, o Diego que acompanha conosco isso lá. E o João cabanas, que é um empreendimento que está sendo construído hoje com quase 3 mil unidades habitacionais, ele tem parceria com OCDHU, com o recurso que vem do CDHU também, neste caso, e nas outras obras como o secretário colocou, é recurso somente municipal. E com relação aos assentamentos precários, quando falamos de um todo, estamos falando tanto do irregular, como do assentamento precário favela. Porém, trabalhamos de forma casada, tanto CRF, a Cíntia aqui representando o Ricardo Ferreira, que é o coordenador, e eu estou representando a Elizabeth França. Trabalhamos em parceria para que possamos vir a sanear, e pode integrar com as áreas com parcelamento. E o nosso ponto final é a regulamentação fundiária, seja em uma área precária, que venhamos a conseguir sanear e fazer urbanização, como já foi mostrado, como no caso de loteamentos irregulares, que tem um parcelamento que, ainda que irregular, tem um parcelamento, mas que precisa do saneamento da rede oficial, da coleta de alguns setores. As vezes, a obra é menor, ou então, às vezes, o caso é extenso, é misturado, temos o assentamento que é a conformação morfológica, o desenho é mais aglutinado, mais complicado, e o outro já é um parcelamento que está misturado dentro do desenho do perímetro. Então, fazemos de forma casada. **Sr. Nelson:** E a questão dos parques? **Sra. Vanessa:** Os parques trabalhamos com a gestão, a gestão é do verde. Então, o verde tem, acho que até 10 mil, eu não me lembro a metragem mínima que é aceitável como parque, porque quando não há o aceite do verde, da Secretaria do Verde e Meio Ambiente como parque, ela passa para a gestão das subprefeituras. Ai é uma negociação com a supra, que ela assuma como praça, de acordo com o tamanho do empreendimento de área verde. Mas hoje, como a urbanização do nosso caso, do secretário de mananciais, junto com habitação, trabalhamos a urbanização do parque dentro do nosso contrato, onde existe a parceria com possibilidade de repasse de recursos, mas até o momento nós não tivemos repasse, fazemos a passagem de recurso, fazemos a obra e eles fazem a gestão. **Sr. Sidney:** Pessoal, no limite do tempo aqui, aí nos demais assuntos vamos discutir dentro do Grupo de Trabalho de mananciais, pode ser? E aí fica aqui já a missão para nós, Vanessa, participar desse Grupo de Trabalho e manter-nos informados. Tudo bem? Ok? **Sra. Vanessa:** Secretário, eu posso pedir licença depois que acabaram as perguntas? Porque estamos com uma outra demanda lá um pouco urgente. **Sr. Sidney:** Tudo bem, muito obrigado. **Sra. Vanessa:** Muito obrigada. Peça desculpas de novo, Secretário. **Sr. Sidney:** Obrigado, pela participação, obrigado. Bom, dando continuidade aqui, se puder passar aí o Item quatro da pauta, nós temos aqui a solicitação de esclarecimentos que foram enviados por *e-mail*, pelos conselheiros Nunes Lopes dos Reis e da Jomarina Pires de Abreu da Fonseca. Um é da Piabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais, o outro é um representante do movimento de moradia central e regional. Eu vou passar a palavra aqui da parte técnica para o Manduca e para a Cíntia também. É isso Cíntia, da CRF? Para eles conduzirem. Tudo bem, Ok? Obrigado. **Sr. Manduca:** Boa tarde, a todos. Para quem não me conhece, meu nome é Manduca Leal, eu sou coordenador do núcleo de solução de conflitos. Eu fiz uma apresentação bem rápida, sobre os 51 prédios do centro. Então, vamos lá. Antes de começar, fazer uma passagem rápida aqui sobre o que SEHAB através do núcleo monitora no município de São Paulo. Monitoramos 567 ocupações, que são compostas por 115.483 mil famílias, esses dados são do final de agosto de 2023 agora. Dividimos pelo número de ocupações, dividimos no centro, temos 193 na Leste, 116 no Norte, 84 no Sul, 82, Sudoeste, 52, extremo Sul, 40, que chegamos aos 567. Com relação ao número de famílias. Temos na Leste 50.319 mil famílias. No Norte, 16.543 mil, no Sul, 15.380 mil, na Sudeste, 13.203 mil famílias, no centro, 10.516 mil, e extremo Sul, 9.522 mil, que batemos com o nº 115.483 mil. Acabamos de falar do WPA, com a fatalidade do WPA foi criado através da Portaria nº 353 o núcleo de solução de conflitos. O que seria o núcleo? É você monitorar áreas no centro de São Paulo para tentar mitigar e coordenar a segurança e a participação de segurança de cada edificação. Dos 51 prédios que tínhamos, hoje em dia nós temos 46. Por que que nós temos 46 prédios? Porque nós temos a Avenida Prestes Maia, 911, que está em retrofit. O Harry Danberg, que é 698, que o prédio foi demolido. A Rua Santo Antônio, 941, o imóvel foi reintegrado e reformado pelo proprietário. A Rua Dr. Cesário Mota Júnior, 614. O Mota também foi bem integrado pelo proprietário. E a Rua Fausto, que virou pátio de obra do metrô. Dentro desses 46 prédios que sobraram, a SEHAB fez vários estudos para ver a viabilidade e o potencial construtivo que esses prédios poderiam ter no centro. Então, foi feito dentro desses prédios estudos, dividindo áreas particulares que já têm a publicação de DIS, que são oito áreas. É o Vila Ema, Alexandrino. A Vila Ema tem 202 unidades. O Alexandrino tem 138 unidades, a Pena Forte Médiçi tem 22. A 7 de abril, 42 unidades. Conselheiro Nebias, 42. Rua Marconi, 88, José Bonifácio, 45, e o Barão de Jaguará com um potencial de 647 unidades. Continuaram. Aí nós temos outras áreas com outras titularidades, que são passíveis de retrofit também, que são quatro áreas: a Rua do Ouvidor, com 51 unidades, Benjamin Constant, com 52, a 9 de julho, com 139, a Martins Fontes, com 35. E áreas da COHAB também, que são parceiros de retrofit, que são a São Francisco, Celso Garcia, Conselheiro Carrão, Mauá e São João. Eu não tenho a previsão do potencial construtivo de cada uma dessas unidades. Mas temos aí o Nilson que está aqui, que conhece bem todas essas áreas. Desses 17 prédios, temos um potencial de 1.503

mil unidades, sem contar as áreas que não temos da COHAB ainda. Na sequência, um dos questionamentos que foi feito pelo Nunes e pela Jomarina, desculpa se eu falei seu nome errado, um dos questionamentos é novos programas que tem. Nós estamos com estudos, desses 46 prédios, separamos quatro unidades para tentar criar um programa de mitigação de risco, nós visitamos essas áreas, fizemos o levantamento de cada área, já tem um projeto de viabilidade dessas áreas. Já temos a autorização do secretário de contratar um laudo técnico, para ver como é que está a parte de infraestrutura desses prédios. E isso está em andamento, mas ainda não temos para passar para vocês a viabilidade desse projeto não. Mas está andando de uma forma bem positiva. Então, basicamente, é isso que eu queria mostrar para vocês antes de entrar nas perguntas. Eu posso para o secretário coordenar as perguntas, o que pudermos responder, respondemos. **Sr. Sidney:** As perguntas foram elaboradas e encaminhadas por *e-mail*, certo? Todas elas, Ok? Me parece que um conselheiro levantou a mão. Você quer falar? Tem a palavra. **Sr. Renato:** Bom, Renato de novo. Nunes teve que sair, então, ele pediu para eu poder falar um pouco sobre esse questionamento que foi feito, e que pedimos para virar pauta. E eu também acompanhei, eu estava em uma reunião com alguns movimentos de moradia, onde foi discutido algumas ações da prefeitura, de SEHAB, algumas visitas que estão sendo feitas em ocupação. Essas propostas das políticas de retrofit. Onde também discutimos e fez o levantamento das questões que foram enviadas para aqui para o CMH e para a SEHAB, para serem respondidas hoje, no dia que fôssemos discutir essa pauta. Se eu não me engano, a apresentação que acabou de ser mostrada foi a apresentação que passou na executiva, foi em cima dessa apresentação da executiva que foi repetida e apresentada pela primeira vez aqui para todos nós, que elaboramos as questões que, portanto, não foram respondidas. Se eu não me engano, talvez esse seja o único slide novo que em relação àquela outra apresentação. E daí, antes de eu levantar as questões que foram enviadas para serem respondidas e que não foram, eu estou sentindo, e eu vou repetir isso e falando isso em uma boa assim, porque eu sinto que está sendo dito por várias pessoas na reunião hoje, vários conselheiros e conselheiras. Acho que o Nunes falou disso quando ele pediu um GT sobre o Wilton Paes, a Samira e a Fátima, de alguma forma, quando pediram, e a Isadora, pediram mais informações sobre os mananciais e um GT, essa cobrança também estava na fala delas. Acho que o Maksuel, de alguma forma também falou disso em uma fala. O que me parece, que é um pouco geral que está acontecendo, é que estamos recebendo um monte de apresentação, uma quantidade de material enorme, que não temos detalhamentos, a gente vê as apresentações e um pouco referendar só apenas isso que está sendo apresentado. E eu estou sentindo que as demandas que estão sendo feitas, são de alguma forma esse Conselho poder se debruçar e participar mais disso que está sendo feito assim, não basta vir aqui apresentar para nós um monte de coisa muito rápida, muita informação, para simplesmente falar: "Ok". Se não vira um espaço que só referendamos coisas que não estamos construindo. Por exemplo, do Wilton Paes fizemos questões muito importantes, que não têm resposta, e daí vai ficar para a próxima reunião como o secretário encaminhou. Então, não podemos tomar nenhuma decisão enquanto essas perguntas não forem respondidas. Eu não sei se eu repito aqui todas as perguntas que foram listadas pelos movimentos, de mais informação sobre esta apresentação. Porque novamente, as respostas não vieram. O que eu sinto, e aí eu encerro a minha fala, o que está sendo cobrado é que possamos receber informações, os detalhes e participar disso de alguma forma, porque se não a gente vê e faz o quê? Eu sinto que isso está sendo um pouco recorrente como dinâmica aqui no Conselho, estamos pedindo um pouco mais de participação, envolvimento, informações e detalhes. Eu não sei, eu reencaminho as perguntas que foram feitas? **Sr. Sidney:** Não, as perguntas foram feitas e estão aqui para serem respondidas, então, vamos aguardar, tocar a pauta, leia a pauta e vão responder às perguntas. **Sr. Renato:** Eu leio as perguntas? **Sr. Sidney:** Acho que já estão aqui na tela, as perguntas que foram respondidas ou não, para serem respondidas? Ou está só por escrito aí? Então, aí acho que vamos ler as perguntas e vamos colocar ponto a ponto. Esse é o encaminhamento. Então, está bom. Se não vamos desviar foco do negócio. E outra, a questão de realmente criarmos esses grupos de trabalho é justamente para propor esses acompanhamentos, porque, senão, fica realmente um prato feito. E como eu falei, a palavra do conselheiro é de acompanhamento e crítica, de sugestão de construção de uma política habitacional à quatro mãos. Então, esse é a visão que eu tenho, pelo menos, de participação deste CMH. Está bom, Ok? Tem mais uma pergunta aqui. Pela ordem, acho que ela pediu primeiro ali. Desculpa aí, pois não. **Sra. Samira:** Uma dúvida de um projeto específico. Só reiterar as palavras aqui do Renato, mas eu queria só que vocês colocaram ali algumas ocupações que são passíveis de retrofit, dentre elas, têm a Conselheiro Carrão, que é uma ocupação que eu acompanho, e vocês citaram que tem projeto elaborado. Queriam ouvir um pouco mais sobre isso, até porque formamos já há um tempo, o Conselho Gestor, e não foi chamada a primeira reunião do Conselho Gestor. **Sr. Sidney:** Bom, é pertinente aí. E aí sempre deixar claro que quando fizermos um Grupo de Trabalho, sempre chamar os conselheiros das áreas, isso é importante para que participem como convidados. Mas agora, então, ele pode responder e atender à sua pergunta, ou a colocação mesmo? **Sr. Nelson:** Secretário, será que eu posso fazer uma pergunta? Que eu vi ali que tem várias perguntas bem específicas. Primeiro que eu não sabia que tinha grupo executivo sobre conflitos fundiários no município de São Paulo, desculpa a minha ignorância, como conselheiro. Segundo, eu estou vendo lá, que esse grupo técnico intersecretarial, que é do grupo executivo, eu gostaria de saber se na portaria, na lei que criou, parece que tem uma lei, não é? Não tem a representação da sociedade civil nesse grupo? **Sr. Sidney:** Tem representação? **Sr. Manduca:** Inicialmente teve. **Sr. Nelson:**

Não, eu digo formalmente, não politicamente. **Sr. Sidney:** Então, é mais uma sugestão de encaminhamento também para poder fazer acompanhar. Faz sentido, porque não tem como. **Sr. Nelson:** Então, da sua parte, tem um compromisso de que nesse grupo vai ter representantes aqui do Conselho? **Sr. Sidney:** Tem que acho que criar a mesma coisa, criar um Grupo de Trabalho para esse assunto, que ele é muito importante. Esses prédios aqui em São Paulo é uma pauta muito relevante, criar um Grupo de Trabalho. **Sr. Nelson:** Porque o grupo já existe, é o Grupo Executivo de Conflitos Fundiários. **Sr. Sidney:** Mas de acompanhamento, parece que não está tendo o acompanhamento da efetividade, não é isso? **Sr. Nelson:** É, não está tendo, pelo jeito, pessoas desse Conselho do grupo. **Sr. Sidney:** Perfeito, por isso temos que fazer o nosso CMH, os conselheiros participarem. **Sr. Nelson:** Perfeito. Era essa a minha questão. **Sr. Sidney:** Tem esse compromisso. Agora só com a questão de ordem aqui, faz a pergunta e voltamos na resposta dela, pode ser? **Sr. Osmar:** Primeiro, boa tarde, a todos. O nome é Osmar, sou conselheiro titular. Na verdade, eu queria primeiro reforçar essa questão do Conselho Gestor, porque do caso do Carrão, teve a eleição do Conselho Gestor, tem membros da FLM que faz parte desse Conselho Gestor. E, a princípio, só teve a eleição depois, não houve nenhuma reunião, acho que não teve reunião para discutir. Eu acho que é importante as famílias participarem, até porque, existe um grande interesse da demanda que está lá ocupada nesse prédio, está lá há quase dez anos, de participar do debate de como é que está sendo construída a possibilidade de atender essas famílias. Então, eu acho a frente, principalmente é o mais interessado, porque acho que o maior número de ocupações do centro, e o Manduca já nos acompanha há bastante tempo. Eu acho que assim, eu concordo com aquela história que não queremos só receber aqui o questionário e respondendo, acho que tem que ter a participação, a inclusão da população no debate do que está se propondo em termos de política de habitação, principalmente nessas zonas de conflito. Como que vamos resolver o atendimento das famílias. Eu acho muito importante. E tem algumas áreas que também temos estudo, tem assessoria técnica que vem desenvolvendo projetos e desenvolvendo estudos. Então, eu sou a favor, e reforço a tese de criarmos um GTI, que além de somente tratar as ocupações como mero problema no centro da cidade, que estamos preocupado com a questão do incêndio, está preocupado depois da questão do Wilton Paes, mas todos os dias tem uma favela que pega fogo em São Paulo, que justamente se pode considerar que área de risco também. E tem vários imóveis aqui no centro também, que estão em situação pior que as ocupações da frente, que são imóveis particulares, que não tem fiscalização. Mas hoje o GT só fiscaliza as ocupações, mesmo fazemos todas as investigações, resolvendo os problemas de hidrante, de extintor, de corrimão, de segurança, mesmo assim nós quase que constante, recebe a visita do corpo de bombeiro para poder fazer vistoria para saber se temos que desocupar ou não. Então, eu acho que tem várias questões aí, secretário, que gostaríamos de discutir, por exemplo, a Harry é uma das áreas que discutimos com a frente. Nós temos, inclusive, discutindo com a Secretaria, porque as famílias estava no auxílio-moradia e faz quatro meses que as famílias não estavam recebendo o auxílio-moradia. E nós inclusive pactuando isso aqui na Secretaria, porque havia uma forte pressão para desocuparmos o prédio. Então, a gente desocupou, mas essas 50 famílias são quatro meses sem receber. Então, eu acho que é interessante criar o GTI para discutirmos caso a caso. Onde já tem projeto, eu acho que não dá só para a SEHAB apresentar, ou a COHAB apresentar uma proposta de projeto, e nós não debatermos, porque já temos projeto. Vamos pegar o caso, por exemplo, da Rio Branco-5347. Nós já temos estudo, tem o projeto para aquela área. Tomamos conhecimento que a COHAB desenvolveu um novo projeto, mas não chamou o movimento para discutir: "Olha, qual é a melhor proposta?". Vimos a proposta do Wilton Paes, nós temos várias famílias que estavam envolvidas naquela ocupação que estão morando dentro das ocupações da FRM. Essas famílias vão ser atendidas ou vamos fazer o esquecimento, como aconteceu lá no treme-treme, ali no Parque Dom Pedro? Sabemos que ali existiam famílias que até hoje o Gaspar Garcez, se eu não me engano, atende essa demanda, que já vai para mais de 15 anos que está aguardando atendimento em unidade habitacional, e até hoje não foram assistidas. Então, quero aqui fazer a defesa de criar o GTI para podermos discutir e, principalmente avançar onde já tem os conselheiros gestores, onde já vem discutindo a ideia de atendimento, havia um compromisso anterior que não haveria nenhuma remoção em nenhum prédio ocupado, seja ele municipal ou que já tem alguma sentença determinando o atendimento, que não haveria nenhuma remoção, que pudéssemos construir uma saída habitacional para as famílias, sem ter a remoção forçada ou administrativa, ou seja ela judicial. **Sr. Sidney:** Bom, retomando aqui a palavra. Me parece que tem esse GTI naqueles 648, como foi colocado aqui pelo Nunes e a Jomarina. Mas parece que excluiu as representações públicas da sociedade civil. Acho que esse que é o ponto, já existe, mas foi excluído, esse é o ponto direto do nosso assunto. Mas vamos ver, porque eu acho muito importante em ter a representação sim da sociedade civil, e colocarmos esse assunto para que possamos debater de forma inclusiva, não separado ou mitigar a informação. Ok? Bom, retomando aqui, temos que responder com relação, acho que ao conselheiro Carrão, é isso? É isso que ficou pendente, conselheiro carrão? A resposta? É isso que ele fez a pergunta? Então, Manduca, eu passo a palavra para você aí, para seguirmos aqui esse roteiro, o que você tiver de informação e qual é o encaminhamento, entendeu? Ok? **Sr. Manduca:** Inclusive foi o último slide aí, fizemos essas visitas para tentar elaborar esse programa de mitigação de risco, pegamos dois planos públicos e dois privados para fazer é criar esse programa. Estudos já estão sendo feitos, para que possamos apresentar para vocês uma coisa mais efetiva. A partir que a gente lance um, estamos pegando as

ocupações com um número pequeno de pessoas, que sejam mais fácil de trabalhar, para que possamos apresentar um programa e daí para frente criar, porque tem ocupações que tem 100, 200 e 300 pessoas dentro, é mais complicado que você partir para uma mitigação de risco em uma área muito grande. Então, a partir que o programa seja aprovado e implantado, é fácil você desenvolver para os outros prédios. Esses são os quatro prédios que estamos mexendo no momento. **Sr. Sidney:** Então, vamos passar aqui para responder às perguntas, é isso? A sequência é essa da pauta, responder às perguntas aqui? Vamos encaminhar desse jeito? Vamos lá. A pergunta um, está na tela aí, Manduca: “os estudos realizados contemplam o atendimento de todas as famílias que residem nos imóveis, sim ou não?”. **Sr. Manduca:** Sim. **Sr. Sidney:** Sim. “Na impossibilidade de atendimento total, qual será o procedimento pela SEHAB?”. **Sr. Manduca:** Você tem muitos prédios, quando você pega, por exemplo, o Prestes Maia, você não consegue botar o mesmo número de famílias que estava lá dentro. Então, o que dá para colocar dentro do retrofit, as pessoas permanecem, as que estão dentro, que não cabem dentro do prédio, pelo espaço, colocamos nos programas gravitacionais, é auxílio-aluguel e definitivo na sequência. É isso que temos procurado fazer. **Sr. Sidney:** Então, respondida a questão nº 1, ou não? Ok, vamos ver, vamos lá. Item 2: “Quais foram os critérios aplicados para definir quais imóveis seriam o objeto de desapropriação/reforma? E quais não integrariam tal grupo?”. **Sr. Manduca:** Olha, aí no caso como foi feito lá em 2018, o grupo intersecretarial e mais a sociedade civil foram visitar os prédios, eu não sei te dizer, que eu não estava na época, qual foi o critério adotado. Mas o critério que foi adotado alguns casos, por exemplo, colocaram Avenida São João, você tem dois prédios na São João, que é bem em frente ali à SEHAB, ali na Pracinha, que nos dois prédios têm 12 famílias. Então, não se encaixe em nenhum critério habitacional nosso, são dois prédios, com seis famílias em cada um. Eu não sei se foi política, se não foi política. Ao lado da Secretaria, você sabe quais são, aqueles pezinhos antigos ali. Então, não sei qual foi o critério adotado. Como não houve participação depois, inclusive, o pessoal, acho que do Peabiru que teve lá conosco, que foi pedida uma visita da subprefeitura lá. E provavelmente interditaram os dois prédios que estavam lá, porque toda vez que a prefeitura vai ao local para fazer dentro dos critérios deles de necessidade do que tem que ser feito, eles interditam o prédio, não tem jeito. Então, não sei se alguém que está aqui, do Peabiru estava lá, ou do Gaspar Garcia? Que teve um pessoal de vocês lá conosco. Logo depois de uma reportagem que teve na Globo, que saiu desses prédios. Então, algumas visitas vão junto, a sociedade civil. Para nós, da SEHAB, é importante que vocês vão, facilita nosso trabalho. Primeiro, que vocês têm contato com a ocupação, como nós também, antes de ir na ocupação, temos contato com as lideranças. A gente chega, conversa, ninguém vai em uma ocupação, assim, bate na porta e entra. Sabemos que existe todo um critério de ida ao local. Quando vamos lá, estamos autorizado pela liderança a entrar, ver e fazer a vistoria no prédio. Então, essa comissão que você falou aqui. Não sei se vai ser feito ou não. É importantíssimo para a SEHAB que vocês participem conosco, facilita demais o nosso trabalho. **Sr. Sidney:** É só a gente disponibilizar aqui para os membros do CMH essas visitas, e aí conforme tendo o GT, organizar isso à quatro mãos, entendeu? Acho que esse que é o caminho. **Sr. Manduca:** Eu acho que você pode criar um grupo de uma ou duas pessoas, que não dá para ir em uma em uma ocupação com dez ou 15 pessoas, que o pessoal fica até meio assustado se chegar muita gente lá. Mas é importante que vocês participem conosco, de se chegar lá e conversar com as pessoas, para a facilidade dos dois lados, facilidade para nós e para vocês. E uma coisa básica, chama-se transparência, de você monitorado dessa forma. Porque quando ouviu a solicitação aqui do CMH, que nós não temos, nós não recebeu nada. Vai se criar, mas não chegou na SEHAB: “Vamos ter uma comissão”, não chegou para nós, pelo menos, para mim não chegou. Eu estou lá há dois anos, nunca teve uma demanda, vamos dizer, de o CMH participar das vistorias. **Sra. Fátima:** Quando houve o incêndio no Paes lá, que montou-se um GT dentro do CMH, que foi disponibilizada a visita, e aí tinha a pessoa específica do CMH que ia acompanhar. Mas aconteceu isso. **Sr. Sidney:** O Max pediu a palavra lá também, depois, vai lá, Max. **Sr. Maksuel:** Então, vamos lá. Vou lembrar um pouquinho os conselheiros, Osmar, Verinha, acho que o pessoal vai ficando um pouquinho velho, perdendo o cabelo dente, ficando cego, mas nós retornamos aqui pelo Google para retomar a questão sobre a mediação de conflito. Em 1/09/2011, esse Conselho, eu era conselheiro municipal de habitação, até quem fez a proposta sobre a questão de criação de um grupo permanente sobre a questão de mediação de conflito fui eu, e foi aprovado por unanimidade pelo Conselho. Só procurar lá depois, que vocês vão achar. Essa portaria que foi feita em 2018, deu origem no que foi aprovada em 2011. Por quê? Porque teve várias ocupações de prédio no centro da cidade. Era uma maneira de o movimento ser ouvido. Não tinha uma política habitacional na cidade, sabemos disso. Política em massa não existia, só existiu lá atrás lá, na Erundina e acabou. Certo? Depois, teve o Singapura, mais nada de atendimento das demandas do movimento. O movimento assim se movimentou, ele fez as ocupações. Porque nós na época discutimos? Quem está aqui, os conselheiros da época, Jomarina lembra dessa discussão, os outros conselheiros, Fátima lembra, o pessoal lembra do que foi discutido. Por que que nós fizemos essa proposta? Foi apresentada por mim, mas foi uma proposta que saiu no GT, sobre a questão de mediação de conflito. Porque o movimento só era ouvido quando o Ministério público, o Juiz, batia com a reintegração de posse na porta. Mas quando criamos o grupo de mediação de conflito, não foi por esse motivo, foi para trabalhar junto em conjunto do Plano Municipal de Habitação, porque nós queríamos um grande projeto na cidade de São Paulo, de retrofit. Porque começaram a expulsar as pessoas do centro para a periferia, e agora estamos vendo como

que está o centro da cidade de São Paulo, ficou abandonado. Estão tendo as grandes obras de manutenção das praças públicas. Estamos vendo tapumes em várias praças para organizar com recursos públicos para melhorar a qualidade de vida, para trazer o turismo, mas morar no centro que é bom, não tem. A Piratininga Arquitetos Associados fez, na época, a pedido do GT, um estudo de viabilidade de vários prédios do centro da cidade de São Paulo, que poderia ser feito retrofit. Eu acho que eu falei isso na plenária lá, secretário, falei com o senhor na plenária e volto aqui no Conselho. Eu acho que pode ser colocado até no próximo ponto da próxima reunião do Conselho, o retorno do Plano Municipal de Habitação. Porque o Plano Municipal de Habitação, é o *master plan* da cidade como um todo, de todas as regiões, é do centro, é do Norte do Sul, é de todo lugar. Isso está dentro do Plano Municipal de Habitação, gente! Porque senão ele vai trazer aqui informações sobre a questão de mediação de conflito, mas não tem um programa de mediação de conflito no centro, não tem um programa para resolver o problema. Fala-me o programa que resolve o problema de mediação de conflito no centro da cidade. Se não tiver intervenção direta, como foi do Prestes Maia e outros que estão acontecendo, ou do Programa Pode Entrada, vamos ficar patinando no gelo. Então, acho que está na hora, e importante discutir sim no GT, voltar o GT de mediação de conflito, mas está na hora de também voltarmos à discussão do Plano Municipal de Habitação. Porque gradualmente ele vai resolvendo toda essa política habitacional da cidade, que está escassa há muito tempo. Então, é isso que eu queria falar, obrigado. **Sr. Sidney:** Pois não, tem a palavra, vai lá. **Sr. Osmar:** Então, novamente eu queria reforçar a tese que assim, tem muitas questões que estão muito relacionadas a grupos que já estão funcionando. Um deles, o grupo de mediação, que é o GT de mediação de conflitos. Agora, o que nós temos acompanhado ao longo desses anos, em relação ao GT? É que todas as medidas tomadas pela Secretaria, pela Defesa Civil, pelo Corpo de Bombeiros, têm transferido a responsabilidade na aplicação dos recursos para o movimento. Ou seja, não tem uma política interna dentro da Secretaria de Habitação que fala assim: “Olha, nós vamos ter daqui para frente um programa específico da SEHAB ou da COHAB, que vai investir em melhorias e em mitigação de risco”. Esse é o problema, então, temos o grupo, ele vai, faz vistoria, faz o relatório. Aí o movimento tem que pagar R\$ 70 mil, R\$ 100 mil de cabeamento, para fazer parte elétrica, para fazer toda a fiação, fazer toda a elétrica do prédio, toda a tubulação de hidráulica, fazer todo o corrimão. Então, isso acaba sendo transferida dessa política para o movimento. E hoje, se você olhar o orçamento apresentado, que acompanhamos na discussão do orçamento, não tem recurso destinado. Tem lá a dotação 00 que você depois, no Fundo Municipal de Habitação não tem o recurso, não tem nada destinado ao público municipal que poderia ter lá uma rubrica falando, dizendo: “Olha, isso aqui é para melhorias em prédios ocupados no centro, porque demora dez anos, 15 anos para podermos fazer uma retrofit”. Vamos pegar o Prestes Mais, demorou 25 anos. Então, vamos ficar mais 25 anos com os prédios ocupados, sem ter nenhuma política de melhorias. Então, acho que tem que ter uma política dentro da Secretaria de Habitação que vai dialogar com melhorias dos prédios ocupados. Assim como tem um programa de urbanização de favela, assim como ter o programa de combate a incêndio. Então, acho que tem que ter essa política dentro da Secretaria de Habitação, se ela for uma prioridade, for uma preocupação, para que não aconteça o que aconteceu no Wilton Paes. **Sr. Maksuel:** Incluindo agora, que o conselheiro falou, da ação social. **Sr. Osmar:** Então, isso é uma questão. Aí tem as questões, por exemplo, dos Conselhos, temos interesse de fazer retrofit nesses prédios? Então, vamos criar os conselhos. Assim como criou o Conselho Gestor lá da Mauá, ali do perímetro da Mauá. Criamos agora o Conselho da Conselheiro Carrão, onde a população está participando, quer participar do debate, quer discutir a política, quer discutir se vai atender aquela população que está lá envolvida há mais de dez anos. É esse o diálogo que temos que ter aqui do Conselho. E eu não vejo saída para resolver essas questões sem falarmos: “Tem dinheiro para fazer isso?”. Se não tiver grana no Fundo o Municipal, e dizendo que esse recurso está destinado à essa política, seja ela melhorias, ou seja ela pequenas reformas, que vai dialogar com a SABESP, vai dialogar com a Eletropaulo, não vai resolver, vamos ficar aqui enxugando gelo. Eu estou sendo muito honesto. Esse debate vai voltar. Porque assim, tem 11 perguntas aqui, mas o principal, aonde é que está o recurso? Como é que vamos resolver isso? É transferido para o movimento? Não adianta fazemos projeto com assessoria técnica de melhorias, se não tiver quem é que bota o recurso. Então, isso que tem que ficar muito claro. **Sr. Sidney:** Bom, deixa eu só fazer um questionamento, assim que eu cheguei na SEHAB, a primeira coisa que eu chamei, eu falei assim para o Manduca: “Essa questão aqui”, eu sou egresso lá do Ministério da Economia, do Governo Federal, eu conheço bem essa questão do Wilton Paes e eu falo: “Olha, isso aqui temos que tratar essa questão aqui em questão de prioridade, verificar como que nós vamos atacar”. Para minha surpresa, eu me deparei lá com o Prestes Maia, que foi feito o retrofit. Foram R\$ 76 milhões, se não me engano, 287 famílias no local. Então, para mim, isso aí já é um avanço, nós temos piloto. Recurso, de onde vem o recurso para o retrofit? Se retrofitar uma unidade, custa mais caro até do que uma unidade habitacional, mas se faz necessário, porque temos que ter aproveitamento. Falei ainda para o Manduca: “Olha, vamos, pelo menos, fazer um relatório para verificar quais são os prédios possíveis de retrofitar do ponto de vista de engenharia, por uma questão de responsabilidade, ver se o prédio está em condição de uso ou não, ou se tem risco de desabamento, alguma coisa”. Porque aí muda a prioridade e o plano de ação. Mas assim como foi feito aí com o Pode Entrar, temos outros recursos aqui, temos recursos do FUNDURB, FMSAI, temos o Fundo Municipal de Habitação. Temos vários fundos que abrange essa política de retrofit. E temos que fazer um enfrentamento desses 46 prédios,

qual que é o nosso plano de ação? A nossa prioridade? De onde vem o recurso? Então? Eu acho que essas perguntas aqui que foram feitas, ele vai ter um enquadramento nesse enfrentamento, dessa questão do retrofit. E para mim, ainda falei, fez lá esse Prestes Maia, vamos pegar 44 prédios, colocar aqui no orçamento, que eu quero destinar recurso para retrofitar. Porque ver qual que é a prioridade dentro de uma lógica, e retrofitar. Então, essas questões também é assim, dentro dessas áreas de solução de conflito, criasse esse GT aí. Eu sou totalmente favorável, acompanhar, fazer GT de forma participativa, e não simplesmente: “Olha, vem cá que é um questionáriozinho, você pergunta e eu respondo”. Fica um negócio babaca, entendeu? Tem que ter um negócio mais efetivo. Então, efetividade é construir solução à quatro mãos. E aí, o que acontece? E tentar provar o quê? Dar resultado, botar lá um cronograma, botar uma coisa de meta, executar, acompanhar e cobrar, isso sim é efetividade da coisa andar, da coisa pública. Então assim, vamos responder às perguntas, mas o meu entendimento é que retrofit é prioridade. Eu, ainda há pouco estava falando aqui no celular, convoquei aquela reunião com relação ao Wilton Paes de Almeida, e a resposta que obtive aqui foi: “Não, aquele prédio lá vai ser para locação social”. Então, quer dizer, ele já me respondeu aqui. Então assim, se eu me equivoquei na minha fala, eu peço desculpa aos senhores, me retrato, mas na próxima devolutiva com relação a esse assunto, ela vai vir com relação à questão da locação social. E eu pedi também quais são, qual é o destino das famílias que ali estavam, entendeu? Então, obviamente não conseguimos responder na hora, mas sempre naquele compromisso de assumir e chamar a área responsável e pedir para que ele venha aqui dar um *feedback* para esse Conselho. Esse é meu compromisso com vocês. Pois não, Manduca, pode prosseguir. **Sr. Manduca:** E o importante que eu vejo, complementando com o que o secretário está falando, isso está embaixo de um guarda-chuva, um programa, para você obter recurso está embaixo de um programa, um programa de mitigação de risco, vai ser esse o nome, seja lá o que for, para que o recurso venha. E existem regras básicas para se acompanhar, com o acompanhamento de Conselhos, das lideranças que possam ajudar. Porque não temos uma política pública definida, é essa a política que nós vamos adotar. Se eu tiver embaixo de um programa maior, claro, claro, para todo mundo, fica difícil você... Porque se não ficamos: “Legal, Prestes Maia, bacana”, mas nós estamos fazendo um novo levantamento, que depois da COVID a situação piorou e muito, Max, você sabe disso. **Sra. Jomarina:** O Prestes Maia foi um edital que ganhou. **Sr. Manduca:** Muitos prédios novos foram ocupados, e que não estão nem no nosso radar, que estamos indo, que inclusive o COMDEC falou: “Olha, dos 51, eu não vou visitar novamente”. E eu acho que o COMDEC está correto, que eles já foram lá. Nós estamos fazendo um novo, não vou chamar de próspero, mas estamos visitando novos prédios com o COMDEC, para fazer um levantamento mais pé-no-chão. Temos, provavelmente, mais de 100 prédios no centro para tocar. Para retrofitar devido à COVID, nesses últimos dois anos teve muita ocupação. E com isso o que vem? Vem um monte de reintegração que durante dois anos ficou parado. Então, agora tem reintegração em cima de reintegração. Vocês sabem bem de sobra, Max, que isso acontece. Ficou parado, mas agora vai voltar. **Sr. Sidney:** Retomando aqui. A gente, dentro desse conceito de criar um Grupo de Trabalho, inclusive dessas áreas de retrofit também, é criar um programa, entendeu? Do ponto de vista SEHAB, não tem objeção nenhuma. Eu acho que é uma pauta inclusiva, e eu estou de acordo em criar esse programa aqui para tratar retrofit no município de São Paulo. Bom, nós vamos seguir aqui, prosseguindo... **Sra. Jomarina:** Eu tenho uma pergunta também. **Sr. Sidney:** Então, vamos lá. Pois não, quem que vai? Pela ordem. **Sra. Jomarina:** Falando lá sobre os critérios desses prédios, que quatro prédios, mas tem mais outros prédios aí. Porque assim, na época do que ia fazer aquelas visitas do GTI, foram na nas ocupações, agora parou. Mas eu coordeno aqui no centro seis ocupações, da qual o bombeiro, de 30 em 30 dias, o bombeiro vai lá com a documentação, fala que foi a COHAB, a SEHAB, o Ministério Público, que estão encaminhando eles para ver como é que está o prédio. E vai lá e eles: “Olha, se não der, não fizer tudo o que está encaminhado aqui, tem uma multa”. Temos o prédio lá na Rua José Bonifácio, 237, que foi no edital, que vai no Pode Entrar, só está faltando lá o tombamento. E aí chegou a multa para entidade, que vai construir o prédio, que ganhou o edital, a Projeteq, uma multa do bombeiro, de R\$ 120 mil, lá para a entidade. E aí sem saber o que é, não sabemos o que é, e fala: “É a mando da COHAB, SEHAB e Ministério Público. Então, isso fica muito difícil. O critério que tiraram quatro prédios, e só vai esses bombeiros no MMCR, nas seis ocupações. Então, tem que rever esse critério como que foi, porque foi e como vai ser, porque o bombeiro está indo, de 30 em 30 dias, vai lá o bombeiro e deixa lá o documento. Não temos nada o que fazer, só pegamos o documento, assina e põe lá no escritório. Vamos fazer o quê? Nem sabemos o que eles realmente eles estão querendo, porque os prédios, todos esses prédios, na época das visitas foram visitados. Então, é essa a minha pergunta. Não pode responder agora, mais lá para frente. Mas eu gostaria de entender isso, o que está acontecendo. Porque esse da José Bonifácio que vai no Pode Entrar, ainda bem que foi prorrogado o tempo de assinar, vencida agora dia 28, mas ficamos com essa preocupação. **Sr. Sidney:** Bom, pessoal, você vai falar? **Sra. Renata:** Só vou finalizar. Renata, conselheira titular da Assessoria ambiente. Eu só quero lembrar que existem outras experiências na cidade de São Paulo, de retrofit, e os movimentos sociais, muitos deles, alguns aqui presentes, têm experiência nisso, não foi só a prefeitura que fez, ao contrário, quem mais fez retrofit até agora foi o movimento social pelo Programa Minha Casa Minha Vida. Então, existe um acúmulo de experiência dos movimentos sociais e das assessorias técnicas, na condução desses processos, o que torna esses GTS ainda mais importantes. Ninguém está inventando a roda, já existe anos de

investimento técnico, político e social nisso. O próprio Programa Minha Casa Minha Vida hoje ele aceita o retrofit, inclusive com valores mais altos, porque temos conhecimento que o retrofit é aproximadamente 40% maior do que o valor de uma construção do zero. Então, eu estou só dizendo que a importância desse GT é para trocarmos essas experiências, para não começarmos a construir uma política como se não houvesse nada antes disso, porque há. Acho que é importante. **Sr. Sidney:** Perfeito e relevante. **Sr. Renato:** Eu só quero fazer um esclarecimento dessas questões, que foram ditas várias vezes por várias pessoas aqui, que não precisa. Eu só queria lembrar porque é que essas perguntas foram mandadas. Bom, essas perguntas foram mandadas já há umas duas, três semanas atrás, num contexto que as ocupações, como a Jomarina falou, estão recebendo visita de bombeiro, estão recebendo visita de SEHAB, falando que vai ter um atendimento de política de retrofit. Algumas ocupações estão sendo procuradas e fazendo reunião em COHAB e SEHAB para constituir Conselho Gestor. A Conselheiro Carrão é uma delas, mas tem outras. Então, tem uma série de ações acontecendo, envolvendo ocupações de uma forma fragmentada, sem passar pelo CMH. O GTI está sem representação da sociedade civil. Então, a maior provocação dos movimentos quando fazem essa questão para passar no CMH, é para falar assim: "Olha, está acontecendo um monte de coisa". Os movimentos e as ocupações estão reagindo de forma individualizada, tendo que dar respostas àquilo que está posto, e de alguma forma o CMH está isento, não está passando pelo CMH, recebemos uma apresentação sem nenhum detalhe, sem nenhuma informação. Quando essas perguntas foram mandadas, era para dizer assim: "Esse espaço aqui precisa começar a discutir as coisas". Essas perguntas foram mandadas em um cenário que não tinha a possibilidade de ter um GT como levantamos hoje. Agora estamos falando de um GTI. Então, tem que entender que isso é uma provocação para trazer a discussão e a responsabilidade do que está sendo feito para o âmbito do CMH, já que o GTI está abandonado. É um pouco esse esclarecimento e contextualização que eu queria dar. **Sr. Sidney:** Considerado aí. Vamos responder. E obviamente, isso aqui também, essas perguntas têm que ser objeto de debate dentro dos grupos de trabalho, e aí sim sair realmente com um programa, aproveitando toda a expertise que existe de retrofit, não é construir um programa do zero, mas é dar continuidade, tentar melhorar e criar uma política abrangente. Não conseguimos resolver isso tudo no mesmo espaço e tempo, mas tem que ter um programa para enfrentamento, sem um programa, ainda estamos na estaca zero. Mas vamos lá, então. Só dando sequência aqui, eu estou na Item 4, é isso, das perguntas? As propostas e objetivo de construir política pública de melhoria habitacional. É isso? É isso, Manduca? **Sr. Manduca:** Exatamente, é o que estamos discutindo. **Sr. Sidney:** Sim, então a resposta é sim. **Sr. Manduca:** A resposta é sim, estamos discutindo justamente de criar esse grupo, criar uma política pública e um programa que abranja e tenha regras claras para isso acontecer. **Sr. Sidney:** Manduca, Item 5: "Quais imóveis estão gravados com os ex, quais possuem Conselho Gestor?". **Sr. Manduca:** Eu até tenho que pegar isso, mas eu não consegui pegar com a Maria José. **Sr. Sidney:** Nós transferimos essas perguntas também para algumas outras secretarias, e algumas outras secretarias têm a responsabilidade de nos ajudar a classificar. Então, fica consignado aí a resposta da questão nº 5, que foi destinada à Secretaria Municipal de Licenciamento, para nos ajudar a responder a essa questão. Tudo bem? O Maksuel pediu a palavra. **Sr. Maksuel:** Eu só vou falar, não precisa nem do microfone. Todas essas perguntas não podem ser encaminhadas por escrito no grupo? **Sr. Sidney:** Já foram, Max, e foi pedido nessa pausa. **Sr. Maksuel:** Não, as respostas. **Sr. Sidney:** Sim, pode ser também, é produtivo. Se vocês concordarem, vamos responder à essas questões aqui, respondemos de forma oficial também, e fica aí registrado aí, e aí seguimos a pauta, tudo bem? Pode ser? Fechado assim? Tudo bem? E aí fica, então, agora, entramos aqui, então, passando aqui seguindo a pauta, vamos entrar agora para os assuntos gerais daí pertinentes. Então, a primeira pauta que eu gostaria de colocar para vocês, e como assuntos gerais, outro dia desse eu fui em uma reunião lá do Sinduscon, e o Sinduscon eles me abordaram, falaram o seguinte: "Olha, vocês estão usando recursos do município, e eu gostaria de que fosse junto no CMH promovido um Grupo de Trabalho para *funding*, ou seja, dinheiro novo para entrar, para investir em habitação". Eu falo assim, é pertinente, se você tiver alguma ideia, algum outro tipo de convênio que já fazemos com o Estado, com União ou programa ou até da iniciativa privada, que venha recurso para habitação e, sobretudo, para investir em habitação de interesse social, é bem-vindo. Então, eu pedi para que se tivesse esse perfil, que não tem problema nenhum de criar um GT para habitação de interesse social, e a gente briga para ter mais recursos para disponibilizar para fazer unidade habitacional. Então, nesse contexto aqui. O que acontece? Eu sugiro que, obviamente, tomamos nota de alguns GTs a serem criados aqui no município de São Paulo, são GTs relevantes, WPA, mananciais, mediação e solução de conflitos. Então, vamos através da Maria Helena, promover aí um encaminhamento aos conselheiros, para que habilite lá, coloque os nomes para participar dos Conselhos. E nós na próxima reunião vai: "Olha, criamos o Conselho tal e vocês são os participantes. De acordo?". Aí começamos a criar uma interatividade e uma solução em bloco. Pela ordem, vai lá. **Sra. Fátima:** Bom, eu queria colocar nesse Item 5, que são pautas em gerais, eu queria colocar duas questões aí. Primeiro, na questão do orçamento, que venhamos aqui discutir um pouco mais dessa questão do orçamento, que foi levado... **Sr. Sidney:** Quando eu pedi a participação do Gilberto ali, eu falei que na próxima reunião temos que dar retorno para o CMH do orçamento. **Sra. Fátima:** Isso, do orçamento, para sabermos detalhadamente quando que vamos ter habitação de interesse social no próximo ano de 2024. Por que eu estou colocando isso? Porque quando não tinha orçamento aqui dentro dessa Secretaria

de Habitação, quem foi para a Câmara buscar e brigar com os vereadores para colocar o orçamento, fomos nós, movimentos sociais. E hoje nós não estamos sendo respeitados, pelo que eu vi lá, vamos ter o mínimo. A outra coisa, secretário, que eu queria colocar aqui, e depois vou passar para os nossos companheiros, nós não podemos esquecer da conferência municipal. A conferência municipal teve todo um andamento, ela teve as conferências, as pré-conferências, e na pandemia ela ia ter a conferência, e foi paralisada por causa da pandemia. E daí para cá, nós já estamos em 2023, não foi chamada a conferência. Eu acho que é uma grande importância que temos a conferência municipal, também como a questão que o conselheiro Maksuel colocou lá do Fundo de Habitação, isso é muito importante. E nós não tivemos uma conferência municipal, e sabemos que tinha dinheiro para fazer a conferência, já tinha tirado e já sabia como que eram os delegados, e aí precisamos ver que agora que até com certeza até companheiros não existe mais, ia ser delegada junto dessa conferência. Mas temos que tomar essa pauta, nós não podemos deixar que a cidade de São Paulo não tenha conferência municipal. Obrigada. **Sra. Renata:** Na verdade, eu vou fazer alguns questionamentos sobre o Pode Entrar, que eu entendo que, talvez, não vai caber a resposta agora, mas para começarmos a pautar o assunto. E sugerir que seja uma questão de pauta para a próxima reunião do CMH, formalizamos na segunda-feira as questões. Mas temos algumas questões no âmbito do Pode Entrar que estão dificultando, enfim, estão impactando no andamento do programa, principalmente para os movimentos sociais, na modalidade de autogestão. Então, fazemos um questionamento quanto aos prazos das assinaturas de termos de adesão, dos novos empreendimentos. Foi feito o pedido de prorrogação, e não existe uma resposta clara com relação a isso. Então, esse é um questionamento. Um segundo é, não temos uma relação de quais são todos os empreendimentos contratados pelo Pode Entrar, construtora pelos movimentos sociais, aquisição também, se eu não me engano, também é uma das modalidades. Então, gostaríamos de ter onde existe isso, uma relação de todos os empreendimentos que estão não Pode Entrar, que estão contratados pelo Pode Entrar, número de unidades, quem são os movimentos, quem são as construtoras, para conseguirmos entender o contexto todo para poder analisar. É uma terceira questão é apontar um prejuízo no programa, na parte de autogestão, quanto aos trâmites de prestação de contas, os movimentos vêm prestando contas, lembrando que essa necessidade, essas exigências só para quem faz por auto gestão, cogestão e os demais não precisam prestar contas, a prestação de contas nesse formato é só para auto gestão. Os movimentos vêm prestando contas e sem grandes problemas de prestação em si, enfim, se adaptarem e estão prestando. Mas existe um grande problema da COHAB de fazer essa avaliação em tempo hábil, a ponto de não atrasar as obras, a ponto de não prejudicar os empreendimentos. Então, a prestação de contas ela já estava demorando em torno de 20 dias. Então, não sei se todo mundo entende, mas para autogestão você recebe o dinheiro antecipado para poder fazer. Então, por 20 dias os movimentos medem, atingem suas porcentagens e ficam 20 dias sem dinheiro, no mínimo, na melhor das hipóteses, 20 dias sem dinheiro, e a medição é mensal. Então, o dinheiro chega dia 22 e dia dois no mês que vem você tem que ser cumprido a meta, você tem dez dias com dinheiro, na melhor das hipóteses, para fazer a sua meta, que é um problema, esse é um problema porque é um prejuízo pensando pelo ponto de vista da construção, isso é um prejuízo financeiro, um prejuízo de tempo, de uma série de questões de administração e planejamento. E acabou de sair uma renovação, acho que na portaria, um adendo, que ainda prejudica mais ainda esses termos, porque agora a análise financeira só pode ser feita e liberada a partir do décimo primeiro dia útil do mês. Novembro, por exemplo, tem dois feriados, o décimo primeiro dia útil é dia 17 de novembro. Do dia 17 de novembro começa a correr os dias para poder ser feita a liberação financeira. Então, a liberação financeira do mês de novembro vai ser feita em dezembro. E aí a minha pergunta é: quem está pagando esses dias sem dinheiro em obra? Não pode ser o movimento. Então, eu estou fazendo um questionamento para que aprofundemos e venha com essas questões para o próximo, porque é de extrema importância para a saúde dessas obras. E apesar de tudo, essas obras seguem firme e fortes com os seus cronogramas, fazendo a vida acontecer, com grande vitória, com grande acompanhamento da própria Secretaria, da COHAB, vitórias mensais e tal. Então, fica para podermos discutir isso na próxima pauta. **Sr. Sidney:** Tenho que ir tomando voto aqui, se não depois vai ficar uma... **Sra. Fátima:** Só para complementar o que a Renata colocou, saiu uma outra portaria que ficou pior ainda, a portaria ficou pior. Então, não é nem 15 dias, viu, Renata. Nós só recebemos, desde quando começamos, uma vez no mês, agora nesse mês recebemos no dia 5. Então, se formos receber no outro dia 5. Entregamos à pessoa que conta e balancete no dia 5, e só vamos receber no dia 5 de novembro. Pensa, obra barata é prejuízo, e nós não vamos levar esse prejuízo para casa, porque são os movimentos e as famílias que tomam prejuízo. **Sra. Renata:** Só completar, só para fechar esse assunto. Lembrando que quando fizemos o GT, e o próprio programa, os acordos que tínhamos feito, é que existiria a prestação de contas para autogestão, e todo mundo aqui concordou com isso, mas que se houvesse alguma pendência, isso eu estou falando 20 dias, quando não há pendência na prestação de contas, quando existe uma pendência, e ela pode ser algo relevante, mas pode ser também uma nota de R\$ 12, de R\$ 50, assim, para liberar o recurso de recursos não sei quantos mil. Nós tínhamos feito, a orientação era que assim: "Você não segura medição, vai segurar a próxima, se a associação não resolver". Isso também não está sendo praticado, isso não é a prática da COHAB, se existe uma glosa, independente do valor dela, ela pode ser de R\$ 10, ela glosa uma liberação total, até que seja resolvida a questão dos R\$ 10, é um pouco burocrático. Então, precisamos negociar o Pode Entrar

inclusive para a saúde do programa e da modalidade, que é 40% que da para a autogestão. Então, é um número relevante. **Sr. Sidney:** Nilson, do ponto de vista COHAB, você quer falar alguma coisa ou quer ser convocado na próxima reunião você, vou convocar o pessoal da SEHAB para poder responder a esses itens aí? **Sr. Nilson:** Eu gostaria de convocar o pessoal do financeiro, que colocou essa norma aí. E que há necessidade de uma revisão sim desse procedimento. **Sr. Sidney:** Beleza, então, deixa registrado aí, beleza? **Sr. Osmar:** Eu queria só fazer uma questão em relação também ao Pode Entrar. Que nós também tem um empreendimento em andamento. Tomamos conhecimento que a partir de quando que isso vai acontecer, mas é que a partir de agora, que todas as medições, e também a questão da medição do trabalho social não será mais feita pela COHAB, seria feita pela Caixa Econômica Federal. Tivemos uma conversa com a Caixa e a Caixa também não sabe informar, ela falou: "Olha, não sabemos se são todos os contratos do Pode Entrar ou se só são as entidades". E ainda a Caixa nem está estruturada, nem equipe técnica eles têm para poder fazer esse trabalho de fazer as medições do trabalho social e também da gestão de obra. Então, precisaríamos ter uma reunião para entendermos como é que vai operar isso, quando é que vai ser essa transição para Caixa. Então, a Caixa sabe que isso vai acontecer. **Sr. Sidney:** Tem informações, Nilson? **Sr. Nilson:** Tenho. **Sr. Sidney:** Então, por favor, respondendo. **Sr. Nilson:** Osmar, primeiro, a gestão do social será somente pela Caixa, a parte de engenharia não será feita. A Caixa tem uma estrutura, não sei com quem se fala na Caixa, é o pessoal de Brasília e da Sé aqui que tem esse contato, que está assinado lá, e eles vão tomar essas medidas. Está começando agora, assinou agora, e eles têm que sim, e está fazendo um planejamento para ser atendidos. Quanto à engenharia, não está envolvido nisso. **Sr. Osmar:** Tudo bem, Nilson. Nós conversamos com Leonardo, da Caixa, estamos tendo reunião com eles, e eles informaram que existe... **Sr. Nilson:** Não são eles. **Sr. Osmar:** Tudo bem. É GEAB, é CRC. Então, precisaríamos sentar e as entidades terem esclarecimento em relação a essa transição, nós não temos. **Sr. Nilson:** Não é a minha questão, a minha gestão é lá do social, eu soube que o contrato foi assinado, e eles vão fazer a gestão da parte social, a parte técnica continua normalmente, como que vem acontecendo até hoje. **Sr. Osmar:** A outra questão é em relação às regras de financiamento. Por exemplo, tem obras do Pode Entrar que está em fase inicial, está com 5%, 10%, 15%. Nós temos obra com 70%, já com quase 80% de obra, que é o caso do Prestes Maia. Ainda não sabemos ainda nem as regras de financiamento. Eu acho que era importante a COHAB apresentar uma proposta ou, pelo menos, apresentar na próxima reunião essa proposta de regra de financiamento do Pode Entrar. **Sr. Sidney:** Vamos alguém centralizar essas questões com relação ao programa Pode Entrar, e colocamos aqui na pauta da próxima, ok? Tudo bem? Traz respostas aqui, e traz o pessoal para podermos debater. Acho que pela ordem lá, o senhor pediu a palavra, é isso? **Sr. Miguel:** Secretário, eu sou conselheiro suplente, eu queria pedir aqui para rever o regimento, quando foi mudado o regimento, porque na gestão anterior, conselheiro suplente não tinha voz, não tinha voto, a não ser que o titular estivesse ausente, mas tinha voz, é testemunhado por todos aqui que participava, como também conselheiro suplente participava de comissão. Então, eu queria: primeiro saber quando foi mudado o regime. Porque a gestão anterior durou quase cinco anos, e foi sempre assim. E agora, desde o início dessa gestão, e hoje aparece um atropelamento, que eu entendo isso um sufocar a voz do suplente, que o suplente não está aqui por um acaso, foi eleito também pelo voto, e não tem direito à fala. Eu queria pedir aqui que fosse revisto o regimento. Obrigado. **Sr. Nei Bastos:** Poderia fazer uma parte, secretário, por favor? Fazer uma parte no comentário do companheiro. Solicitar o seguinte, eu não sou conselheiro, mas eu tenho demandas que eu gostaria de apresentar. Então, se for regimental, eu gostaria de fazê-la, e se os conselheiros tiverem de acordo. A parte era com relação a isso. **Sr. Sidney:** Então, aí você tem que procurar o conselheiro para o conselheiro representar a sua demanda, é isso que nós estamos falando, entendeu? Porque senão, vamos ficar aqui até amanhã. Desculpa aí, não estou tratorando não, mas o senhor pode me procurar aqui, eu vou pegar um conselheiro, pedir para um conselheiro, o Max, que está aí do seu lado, vê a demanda que ele quer, e coloca para ele para mim, por favor. Pode ser? Mas a sociedade tem voz aqui sim. Pode procurar o conselheiro que ele vai falar aqui em seu nome, representar aqui o seu pedido. **Sr. Maksuel:** Posso me colocar aqui? Volto para que nós possamos conversar, discutir na próxima reunião do Conselho, como eu coloquei na primeira, que é o edital de vinculação de áreas públicas para entidades que já tenha vínculo com o projeto arquitetônico previsto, ter mais um edital. Você estava me explicando ali fora, seria importante você explicar para todo mundo como que está a relação entre Secretaria de Habitação e o Tribunal de Contas, é importante todo mundo saber. O edital para aquisição de áreas privadas, que se vincule entidades para a construção de unidades com recursos do Programa Pode Entrar, com a quantidade de unidades definidas pelo Conselho, se vai ser 200, 300, 400, 500, não sei quantas unidades o Conselho vai definir. Mas seria importante ser definida pelo Conselho. Resolução do CMH, que permite a aquisição de unidades de habitacionais do programa PPP, que está sendo um problema, na verdade, porque quando você fala em PPP, nós não sabemos como que vai atender nossas demandas. Eu tenho lá, foi prometido para nós lá em Heliópolis. Acho que todo mundo aqui sabe da nossa história, o terreno da Petrobras, 420 mil m². São 3.500 mil unidades habitacionais, o Doria era o prefeito, e Bruno estava vivo. Aí depois Doria virou governador, o Bruno estava vivo, foi lá e fez toda uma propaganda, um marketing, se vinculou a PPP. Mas não temos a definição da demanda. Nós chegamos em SEHAB, não está claro sobre a questão da definição da demanda. Chegamos na COHAB, fala com o João, está se tratando isso com a CDHU, e

precisamos de uma definição, não podemos ficar na incerteza, se não acabamos tendo um programa e não acabamos não definindo como que essa demanda será atendida. Eu acho que está acontecendo isso daqui no centro, a gente chega em empreendimentos na região central e não conseguimos colocar a demanda habitacional para que aquelas famílias sejam aceitas. Entra no critério da Caixa Econômica Federal, que o critério da Caixa Econômica Federal, desculpa, ele não atende às nossas famílias e ponto. Então, tem que ter uma resolução que permite a aquisição de unidades habitacionais do programa PPP - Parceria Público Privada, com critérios do programa Pode entrar. **Sr. Sidney:** Ok. Então, fica registrado aí, Maria Helena, registra aí a questão da PPP apontada pelo Max. E a outra questão qual é, Max? **Sr. Maksuel:** São três: o primeiro é o edital de vinculação de áreas públicas para entidades, na mesma modalidade do Edital-1 e do Edital-2. O outro, segundo, edital para aquisição de áreas privadas, que se vincule às entidades, para a construção de unidades com recursos do programa Pode Entrar. E o terceiro, uma resolução que permita a aquisição de unidades habitacionais da PPP com recursos com critérios do programa Pode Entrar. **Sr. Sidney:** Registrado. Agora só fazendo um parêntese aqui com relação ao que o Max falou do Tribunal de Contas do município. Nós soltamos o edital-1, umas 40 mil, esse edital-1, na verdade, ele é feito em três fases, e cada fase que você faz, você pede o apontamento e a análise de Tribunal de Contas, ele dá a manifestação positiva e você avança para a fase seguinte. Nós avançamos duas fases, a terceira fase aí nós tivemos que responder a um questionamento do Tribunal de Contas do município. Já foi respondido, temos um entendimento que atendeu totalmente os quesitos. E estamos aguardando a deliberação do Tribunal de Contas para poder avançar na contratação. Isso com relação às 40 mil. Tem mais um edital de 5 mil unidades, que também nós respondemos questionamentos do TCM, também está aguardando deliberação do Tribunal de Contas para poder avançar. Então, 45 mil unidades. Do ponto de vista entidades, nós temos um programa aí que foi a contratação das 20 mil unidades, entre entidades e empresas. Perfeito? Aí eu tenho aqui para dizer para vocês o seguinte, que o projeto que foi aprovado, que são 180, assinado com as entidades, foram 417 unidades. Análises que estão em andamento, são 2.941 mil unidades, mas nós vamos prestar essa conta na próxima, só estou só adiantando para vocês saberem do que está sendo feito aqui, de quais são as entidades, inclusive que foram atendidas e estão sendo atendidas. Mas será esclarecido aqui, e trazido aqui. Em obra, nós temos 2.513 mil unidades. Com documentação preliminar, nós temos 7.861 mil unidades. Nós temos aqui também 1.070 mil unidades que não foram iniciadas, não iniciou. E temos aqui sem adesão, nós temos aqui, mas são duas entidades aqui, São Francisco/A e São Francisco/B. Mas aqui o total de geral que temos mapeado, e depois, obviamente, vai colocar de forma Clara para o CMH, são 14.982 mil unidades geral. Então, nós vamos colocar dessa forma. Então, hoje, se você olhar do ponto de vista do Tribunal, do Pode Entrar. O que decolou e o que está andando é entidades, porque os outros não foram contratados, não tiveram autorização do Tribunal de Contas, nós estamos parados. Aí que nem eu falo, expliquei para o Max hoje e ele falou: “Então, coloque isso lá, conselheiro, que é importante. Como que eu posso pensar em soltar mais um edital, se eu tenho mais dois lá na gaveta que nem apontado não foi indeferido ainda, entendeu? Então, está na nossa previsão de fazer isso aí, mas eu também não posso atropelar. E o que eu falei para o Max? Alguns apontamentos que o Tribunal de Contas fez foram pertinentes e, obviamente, um programa dessa dimensão precisa de ajustes. Então, para o próximo edital, o segundo é melhor que o primeiro, e o terceiro é melhor que o primeiro e o segundo. Então, esses apontamentos e enfrentamentos, para frente eles serão melhorados. E aí existe uma previsão, inclusive, de soltar mais 20 mil unidades. Falei: “Max, mas como que eu posso pensar em um negócio desse, se eu não passei nem o um e nem o dois ainda não foi liberado?”. Aí o Max: “Olha, vamos pensar nas entidades e tal”. Então, nós estamos cientes do que está acontecendo. Estamos batalhando. A primeira reunião que o secretário Milton fez aqui do em São Paulo, foi no Tribunal de Contas, porque estava barrando, todas essas questões de contratação de unidade habitacional estavam barradas. E aí a gente vê que o negócio começa a não andar. Isso nos incomoda também. Eu quero que ande, quero que produza unidade habitacional, quero que baixe o déficit habitacional. É isso que estamos brigando para acontecer aqui. **Sr. Maksuel:** Por isso que nós estamos propondo que tenha essa questão da PPP também liberada, porque você não fica só com uma frente de obra de trabalho, você fica com outras frentes também para trabalhar. Tem unidades em PPP, se formos pelo critério, vou voltar a falar, não atende nossa demanda, e queremos atender nossa demanda também em unidades PPP tem a estrada das lágrimas, 358 unidades habitacionais, o Nilson tem ciência disso. Mas eu tenho que ficar justificando no tempo, porque que tem que atender a minha demanda. Então, vamos ter que conversar isso daí com os conselheiros. Tem conselheiros que tem historicamente trabalho em terrenos, em áreas que são de interesse da PPP. Como que o cara vai ter que ficar se justificando direto? Tem que apresentar certidão de nascimento, casamento, óbito, para falar que tem direito a receber aquelas unidades? E quando entra no critério, acabamos não atendendo aquela família. Então, o Conselho tem que é um programa do município, está na COHAB, então, tem que ser revisto e tem que ter fretes para que consigamos atender nossas demandas. **Sr. Sidney:** Quando eu fui na Comissão de Orçamento da Câmara, é assim, o espaço de tempo que você tem para falar e curto e, obviamente, você não tem tempo de responder todos os nossos questionamentos, é humanamente impossível. Mas assim, o que eu digo que foi me falado lá que a PPP não seria um programa de política habitacional. Quem falou? **Sr. Miguel:** Eu falei isto. **Sr. Sidney:** O senhor falou isso. Então, mas dentro do âmbito que o Maksuel está colocando... **Sr. Miguel:** Por que eu falei que não é

um programa racional? Porque não atende às famílias de baixa renda. **Sr. Sidney:** Então, mas tem que mudar os quesitos ali, tem que ser conversado, não está claro. Mas se você tiver ali dentro, eles têm planejado para fazer 20 mil unidades, e se negociarmos que o atendimento seja um atendimento de cadastro do SEHAB, com os atendimentos dos critérios do Pode Entrar, dá enquadramento, meu irmão, passa a ser uma política de combate à déficit habitacional. É isso que eu estou falando. Então, você tem que colocar no foro adequado, entendeu? Então, a PPP atende esse interesse social. Atende ou não atende, Nilson? **Sr. Nilson:** Atende. **Sr. Sidney:** Então, pronto, temos que colocar isso claro para o Conselho. **Sr. Miguel:** Hoje não. **Sr. Sidney:** Não. Hoje não avançamos ainda, é isso que eu estou falando, nós vamos trazer isso aqui, o Maksuel pediu para colocar na pauta, nós vamos deixar isso claro para todo o Conselho, ponto a ponto. A senhora está com a palavra. **Sra. Vera:** Estou até quietinha hoje, quase não me manifestei. Verinha, conselheira zona Oeste, MM. Quase não me manifestei hoje, mas assim, estou angustiada, porque é muito blá, blá, blá. É isso que está acontecendo aqui nessa reunião do Conselho, infelizmente. E na prática vemos algumas coisas, está acontecendo, mas não com o olhar nosso, com acompanhamento nosso, com detalhamento nosso. Infelizmente, secretário. Eu falava com o secretário, quando falamos do Programa Pode Entrar, tem até uma música: “Naquela mesa está faltando ele”. Infelizmente, olha as cadeiras, gente, toda reunião do Conselho está acontecendo a mesma coisa: secretário não vem, presidente da COHAB não aparece. Quando falamos do Programa Pode Entrar, um monte de coisa emperrada. E aí, Nilson, me desculpa, está faltando aqui, estou falando com o Nilson da COHAB, com todo o respeito, está faltando aqui é a participação, além do presidente da COHAB, eu acho que tem que ser convocado, intimado, eu não ser como que é, ou se vamos ter que vir aqui fazer um ato novamente, a diretoria comercial, a social e a financeira. É eles que têm que prestar conta aqui para nós e falar o que que está acontecendo. Porque quantas reuniões que já não teve, Fátima, para discutir essa questão de libertação de recurso? Mas nunca está aqui quem responde. Nós queremos quem está com a caneta na mão, secretário, infelizmente! Estamos rodando, rodando, rodando, Maksuel, me dá uma agonia! Estou falando com o Maksuel, porque nós construímos tanta coisa junto, e hoje vemos que na prática não está acontecendo. Eu sei, secretário, que você está com toda boa vontade, a gente se conhece. Até hoje, eu vi uma vez o secretário Milton Vieira aqui, uma vez, que mal ficou. Não, ele veio aqui, saiu quando ele tomou posse, acho que muitos se lembram, uma vez. Estou aguardando uma reunião com ele faz dias, você sabe disso, secretário. Fui ser recebida pelo chefe-de-gabinete, o Tiago. Então, está de brincadeira, gente! Desculpa. Eu estou quietinha aqui desde o começo, mas está ficando assim, está muito complicado isso. Sem contar que é muito bonito, muito bonito falarmos dos prédios do centro, eu gosto, eu também tenho um trabalho no centro, a periferia está cheia de despejo de reintegração. E aí quando chega aqui, eu estou aguardando até hoje o retorno, Manduca, de visita que era para fazer, de ocupações, que está prestes a sair ocupação grande, que é de mais de 1 mil famílias. Cadê o pessoal da COHAB, da SEHAB, que ficou de fazer vistoria? SPAMA, City Jaraguá e outras? Então, estamos falando uma série de coisas aqui que eu fico olhando, eu falo: “Nossa, gente, agora eu estou deixando de ser um movimento e virando, não desmerecendo, mas técnica, só olhando, olhando, olhando e nada está saindo do papel”. Então, gostaria, secretário, com todo o respeito, de pedir a convocação da diretoria, do diretor comercial, social e o financeiro, porque são eles que têm, já que o presidente não vem, da COHAB, eles que têm que falar para nós onde é que está amarrando isso. Porque o Nilson eu acho que está cansado de apanhar também, Nilson, desculpa. Eu não quero mais brigar com você, acho que agora é outra conversa que temos que ter aqui. Então, desculpa meu desabafo, não, vou desabafar mais, mas não é hoje não. Obrigada. **Sr. Sidney:** Até logo. O senhor pediu a palavra faz algum tempo, perdão, está com a palavra. **Sr. ...** Fechou esse ponto? **Sr. Sidney:** Acho que fechou. O senhor é conselheiro? Pois não? **Sra. Fátima:** Eu tenho uma questão do Pode Entrar. É na questão do Pode Entrar também, que é uma coisa que está muito preocupante para nós, dos movimentos sociais, entidades, é a demanda. Porque ficou de ter uma análise das famílias, primeiro mês, nós já estamos na sétima medição, 37% de obra, não estamos mais devidamente ou financeiro. E aí a preocupação nossa é o seguinte, secretário, é a análise dessas famílias. Porque as famílias estão trabalhando sua autogestão, são mutirão. E quando chega lá no final, apartamento pronto aí fala: “Você não passou na análise, você não vai morar”. Como que vamos fazer com essa família? Então, é muito preocupante, isso ficou desde o início, desde o início de quando discutimos a lei do Pode Entrar. Desde o início, a família ia ser analisada no primeiro mês de obra, e não aconteceu isso até hoje. Então, só isso que eu quero deixar bem registrado aí, que é muito preocupante você deixar uma família em obra, em autogestão, e quando chegar na família, com o prédio pronto, a casa dela pronta e falar: “Você não vai poder morar”. Obrigada. **Sr. Sidney:** Pois não, o senhor tem a palavra. **Sr. Fernando:** Bom, sou o Fernando Júnior. Queria primeiro dizer que, como o Miguel é o meu suplente aqui nesse Conselho, então, o meu compromisso aqui hoje é de cumprir o regimento e encaminhar por *e-mail* a solicitação de voto para alteração do Art. 13º, na qual o suplente passa a ter direito a ter voz. Eu acho que isso a gente já vem construindo um consenso, e é possível alterar o regimento sem uma grande plenária do Conselho para fazer isso. Então, meu compromisso aqui com o Miguel para suplente é de encaminhar um *e-mail* para a Secretaria Executiva, solicitando voto na próxima reunião ordinária, do Item do Art. 13º do nosso regimento. Acho que o senhor começou a reunião hoje de uma maneira muito consciente, invocando o regimento interno, e eu acho que ele precisa ser aplicado durante todo o período da nossa reunião. E aí eu sinto falta de algumas questões no

regimento que nos ajude, que pode ajudar a gente a nos organizarmos. Então, desde a primeira reunião eu pergunto, iniciamos com qual quórum? Aí o quórum está lá estabelecido no regimento. Quando eu passo pela portaria, que eu assino a presença, quando eu vou abrir a reunião, eu já tenho que saber se deu quórum ou não. E nós até hoje, essa é a terceira reunião, é a quarta reunião, a terceira que eu participo como conselheiro, e eu nunca sei qual é o quórum, se abrimos ou não a reunião com quórum. Na primeira chamada, a primeira chamada é que horas? Tem primeira chamada para poder verificar o quórum? Aí a segunda é após quantos minutos da primeira chamada? Eu acho que isso vai ajudando a gente a se organizar. Não tem crachá, enquanto não faz o crachá, tem alguma forma de identificar quem são os titulares? Depois que iniciou a reunião, o suplente assume a titularidade, já que o titular não chegou dentro do horário? Ou ele pode chegar durante todo o período da reunião e assumir a titularidade? Essas questões não estão claras no regimento interno, e elas precisam ficar claras para nos ajudar a nos organizarmos enquanto Conselho. Então, o meu indicativo, a minha proposta é que na executiva possa ser pautado isso, e aí na executiva vocês organizam e tal. E uma outra coisa, é só uma preocupação, que se vocês puderem também na executiva, dia 24, organizar a nossa pauta da próxima reunião ordinária, mas com cuidado, porque só daqui hoje saiu muito retorno para a próxima reunião. Então, que possamos pensar assim, por exemplo, o que mais demandou aqui por último foi o Pode Entrar. Então, talvez ele seja uma pauta prioritária para a nossa reunião, de esgotarmos ela, fazer o esgotamento mesmo, das intervenções, das avaliações, das contribuições, e aí, pensando quais outros pontos de pauta do Pode Entrar. E uma outra coisa é que a executiva ela possa nos dar indicativos. Então, por exemplo, a apresentação que nós tivemos, já passou na executiva, a executiva tem algum indicativo para plenária? Porque eu acho que isso também pode otimizar o nosso tempo. Então, tomou conhecimento na reunião da executiva, já foi possível avaliar essa matéria e dar algum indicativo para plenário: “Olha, na executiva avaliamos isso e a nossa proposta de encaminhamento é essa”. Porque eu acho que isso também nos ajuda a se referenciar na discussão e no debate. E por último, eu queria, o que pese aqui todas as nossas questões, mas eu queria parabenizar a reunião de hoje, porque para mim que sou novo nesse lugar no Conselho Municipal de Habitação, foi a primeira reunião que eu vi uma organização de pauta, com começo, meio e fim. Eu acho que isso é bom, acho que a executiva preparou uma reunião bem preparada. Acho que, claro, tem que levar em consideração todas as contribuições aqui. E eu escuto com muita atenção quando as meninas falam, Isabela, Isadora, o Nelson, todo o coletivo nosso aqui. Porque são apontamentos que se eles tivessem tempo, poderia sair muito mais coisas de observação. Então, nesse curto tempo, as coisas que a galera apresentou foi de muita importância, as observações, as críticas, os apontamentos, as preocupações que Maksuel trouxe, que a Verinha trouxe, enfim, que o Osmar trouxe, que o coletivo de conselheiro de direitos trouxe aqui hoje. Então, imagine isso com mais tempo, imagine isso tendo condições de se dedicar com tempo suficiente para fazer uma análise mais crítica. Ganharíamos muito mais. Então, que na executiva a gente consiga, que vocês consigam organizar a reunião ordinária priorizando quais são as pautas que temos que dar conta nessa reunião, senão ficar muita demanda para a próxima. E por último, eu estou muito perdido na questão do calendário. Não foi um demérito meu, não tenho conseguido participar da última reunião. Eu me organizei a agenda para aquele lá de dois em dois meses, na quarta-feira às 14h estar aqui. Quando muda a reunião faltando dois dias, do dia 19 para o dia 21, depois para o dia 29, virtual, isso cria uma bagunça na nossa dinâmica, porque estamos militando em outros espaços. Então, já deixamos esse espaço aqui da reunião ordinária reservado. Então, quanto é a próxima reunião? Qual é o calendário que nós vamos seguir a partir dessa reunião de hoje? Então, que possa... **Sra. Mônica:** À priori tem um calendário que é feito anual, até porque foi a única reunião que... **Sr. Fernando:** Então, nós temos reunião em novembro? Então, ok, então, nós temos reunião em novembro, que seria uma reunião ordinária. É isso? **Sra. Mônica:** É, porque o nosso problema é a questão do espaço, por isso que vocês estão aqui hoje. Que foi feita a reunião virtual. Porque, como nós não tínhamos espaço, um dia antes falamos: “Vocês não vão mais poder fazer a reunião”. **Sr. Fernando:** Então, mas assim, eu entendo, lógico, acho que as dinâmicas são impossíveis. Mas assim, a nossa reunião ordinária ela é de dois em dois meses, então, temos 60 dias para ver espaço para acontecer a reunião. Não, tudo bem, acho que não precisa virar um debate. A questão é, nós temos um calendário anual, e a executiva desse Conselho, no caso, não a executiva, membros conselheiros, mas quem invoca isso administrativamente precisa dar conta, não sei como e nem de que maneira, mas precisa dar conta disso. É essa a minha contribuição. **Sra. Mª Helena:** Então, por exemplo, enquanto ao informe, a sessão não abre enquanto não tiver quórum, que é 1/3, que está bem claro no regimento. **Sr. Fernando:** Mas não abrimos a reunião dizendo isso, essa é a questão. **Sra. Fátima:** Só uma questão, eu acho que o Conselho, desde quando iniciou o Conselho, que eu não era conselheira, mas acompanhava o Conselho desde o início da primeira gestão do Conselho, o Conselho sempre teve uma sala específica, que era no oitavo andar, que mudou pouco tempo para cá. E a gente sempre tinha e sabia o horário. Outra coisa, o horário da reunião do Conselho é às 14h, eu venho para cá sabendo que é às 14h. Que horas que vou sair? Eu não sei, porque nós já tivemos reunião no Conselho que foi até às 22h. Mas a gente definiu pauta e fizemos encaminhamento aqui. Então, não podemos esquecer isso. Então assim, os conselheiros que é conselheiro de habitação tem que ver o horário que chega aqui, às 14h, o horário que vamos sair daqui não sabemos. Porque eu acho da importância de debatermos a pauta, e fazer encaminhar a pauta do Conselho. Não adianta eu vir para cá com o pensamento que eu tenho outra reunião, vou sair

correndo e vou sair daqui. Eu acho que esse dia também, Secretário, é um dia importante, que não tenha a marcação de outra coisa para o Secretário, ele sempre nos acompanhou em todas as pautas, para que a gente dê continuidade e encaminhe as pautas do Conselho, porque se vimos aqui com a pauta falando: “Passou aqui, passou aqui e vamos embora”, nós não temos discussão, nós não temos debate. Eu acho que importante é o debate, para que a gente saia com isto aqui com bastante coisa fechada e encaminhada. E aí, como o companheiro colocou ali, eu acho que é importante definir sim um local, que nós sempre tivemos e não é fora, nós tivemos sempre o local na Secretaria de Habitação lá, foi no oitavo andar, depois passamos para o décimo andar, mas nunca saímos da Secretaria. Então, acho que é importante que veja assim, que não é possível que lá na Secretaria de Habitação não tem uma sala que comporte o Conselho, como sempre teve. Obrigada. **Sr. Sidney:** Ok, nós vamos incluir no rito esse procedimento: “Pessoal, está aberto a sessão ordinária ou extraordinária, de acordo com o código, o número de pessoas de conselheiros presentes é o número tal”. Perfeito, só adequamos ao rito e a fala e vai embora, isso é questão de forma. Mas isso aí não tem problema nenhum. Eu entendo que é assim, é muita coisa que é colocada aqui no Conselho, é humanamente impossível tratar essas coisas que coloca com respostas imediatistas, tem que realmente formular uma questão de prioridade, e para dar vazão à toda essa demanda é humanamente impossível. Então, temos que usar uma questão de lógica também. A questão da priorização, em função da pauta mais abrangente, colocamos o Pode Entrar. E aí vai, pega outra, coloca. Mas o que é fundamental, que ficou assim patente para mim, que que não vai funcionar de outra forma aqui? É ter a questão dos grupos de trabalho. A questão dos grupos de trabalho vai fazer com que essa reunião seja mais produtiva. Não podemos vir em uma reunião de CMH e sair daqui com a sensação de um fardo, entendeu? Sair daqui com um peso nos ombros, temos que vir para uma reunião e sair daqui de forma satisfeita ou satisfatória: “Pelo menos, atingimos o objetivo”. Então, hoje eu vejo, participando dessas reuniões do CMH, parece que eu sou um chato, caminhando aqui, descarregando carga, descarregando carga, e não é assim. E todos vocês, como conselheiros também, às vezes, se sentem assim, porque fica humanamente cansado. Então, eu vejo que precisamos realmente melhorar essa dinâmica para o CMH não ser um falho, ser um canal de construção de solução habitacional para o município de São Paulo. Esse é meu ponto de vista também. **Sr. Miguel:** Secretário, eu queria só fazer uma observação, aqui, é só observação. Estão falando dos GT, comissão, é importante reservar uma sala para esse povo desempenhar o trabalho. Na gestão anterior nós tínhamos uma sala na COHAB, que esse GT ficamos por várias vezes, por longos dias discutindo lá em comissão. Então, se formar as comissões e não tiver espaço, também vai tornar difícil. **Sra. Mª Helena:** Então, nós temos espaço sim, nós temos um espaço lá no CMH, que é uma sala pequena para um Grupo de Trabalho especificamente, temos. Agora, para essa quantidade de 80, 90 pessoas, realmente na SEHAB não temos um espaço. **Sr. Miguel:** A sala do GT continua lá? **Sra. Mª Helena:** A sala do GT está lá, nós temos essa sala. Nós temos no nono andar, nós temos um espaço para um grupo pequeno sim. **Sra. Mônica:** Dá para 15 pessoas. **Sr. Sidney:** Acho que um GT não pode ser mais que isso de pessoas, tem que ter um grupo de trabalho mais direto para debater as questões. E aí faz a programação da reunião do GT, de cada assunto, para depois o GT inclusive trazer a propositura aqui na reunião para ser mais produtiva. **Nada mais havendo a tratar Senhor Sidney Nery encerrou a reunião agradecendo a presença de todos.**

Documento: [095104485](#) | **Ata de Reunião**

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DO CMH - 8ª Gestão

Data da Reunião: 24 de outubro de 2023

Local: Associação Comercial de São Paulo - Rua Boa Vista nº 51, Centro, São Paulo.

Aos vinte quatro dias do mês de outubro do ano 2023, às 15h30, nas dependências da Associação Comercial de São Paulo - Rua Boa Vista nº 51, Centro, São Paulo, reuniram-se para a 4ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do Conselho Municipal de Habitação - 8ª Gestão, conforme lista de presença, os membros (as): **Conselheiros (as) presentes:** Sidney Nery (SEHAB), Milton Vieira (SEHAB), João Cury Neto (COHAB), Aguinaldo da Silva França (ANESP), Simone de Castro Melo (CIPROMP-SP), Vera Eunice Rodrigues da Silva (Associação dos Trabalhadores sem Terra da Zona Oeste), Daniela Ferrari Toscano de Britto (SINDUSCON-SP Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo), Paulina Maria da Silva (Movimento Comunidade União e Luta da Casa Verde), Maria de Fátima dos Santos (Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste) e Celso Aparecido Sampaio (Universidade Presbiteriana Mackenzie). **Convidados (as) presentes:** Tiago Dias (SEHAB/CG), Mônica Hussein Nasser (SEHAB/CMH), Maria Helena Ferreira de Almeida (SEHAB/CMH), Kátia Silene Batista dos Santos (SEHAB), Irene Alice Suguiyama (SEHAB/DAF/DIF), Leon Jacques de Lima (SEHAB/ASSIST), Rafaela T Silva do Nascimento (SEHAB/IMPrensa), Nilson Edson Leônidas (Conselheiro CMH-COHAB), Ana Maria Maluf Moussalli (COHAB), Alfredo Eduardo dos Santos (COHAB), Emerson Luiz dos Santos, Sérgio Luiz de Oliveira (COHAB), Murilo Leite Ferreira (COHAB), Cristina P. Nunes (COHAB), Dulce Santana (Taquiografia), entre outros. **Conselheiros (as) ausentes:** Isadora de Andrade Guerreiro (FAU-SP), Marcos Moliterno (Instituto de Engenharia de São Paulo), Maria Zilma Alves dos Santos (Instituto de

Desenvolvimento Social e Cidadania de São Paulo), Álvaro Augusto Andrade Vasconcellos (APEMEC) e Samira Rodrigues de Araújo Batista (IAB-SP). **Pauta da Reunião: Item 1-** Aprovação da Ata da 3ª Reunião Ordinária do CECMH de 22/08/2023. **Item 2-** Solicitação de VOTO CECMH 06/2023- Prestação de Contas do FMH do 1º Semestre de 2023 pelas Equipes SEHAB/COHAB-SP para aprovação dos Conselheiros (Minuta de Resolução e da apresentação da COHAB-SP em anexo). **Item 3-** Apresentação do Detalhamento do Cálculo da Remuneração da COHAB-SP na Prestação de Contas do FMH do 1º Semestre de 2023-DIFIN/COHAB-São Paulo. **Item 4-** Outros Assuntos. **EXTRA PAUTA: Item 1-** Solicitação de VOTO CECMH 09/2023-Autorização para a COHAB-SP atuar como possível agente financeiro dos beneficiários de HIS-1 (FR-1 A FR-7) - Com prioridade nas faixas de renda 1, 2 e 3 (FR-1, FR-2 E FR-3) - No âmbito dos contratos de Parceria Público e Privado (PPP) Municipal de Habitação, utilizando os recursos do Fundo Municipal de Habitação (FMH). **Início Reunião: Sra. Mônica:** Conforme o regulamento, no seu Art. 10º e § 1º, nós já temos o quórum suficiente para dar início à reunião. E eu gostaria de convidar aqui à frente para compor a mesa, o nosso Secretário-adjunto da Secretaria de Habitação, que o Secretário-executivo do Conselho Municipal de Habitação, o Sidney Nery, a quem eu passo a palavra. **Sr. Sidney:** Senhoras e senhores, boa tarde. Tudo bem? Em nome da Secretaria Municipal de Habitação, eu cumprimento todos os conselheiros aqui presentes. E a oportunidade que hoje, 24/10, registrar que nós estamos aqui presidindo a 4ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do CMH, 8ª gestão. Comunico também a todos que temos presença de quórum suficiente para o início da nossa sessão. E faço aqui a honraria de convidar aqui o nosso Secretário municipal de Habitação, Milton Vieira, para que ele compunha a mesa também, está aqui presente, registre, por favor. Então, dando continuidade aqui, o presidente do Conselho Municipal de Habitação é o Secretário Milton Vieira. E se assim ele desejar, vou dar a palavra para ele conduzir e, se me autorizar a delegar, eu conduzo a pauta. Tudo bem, Secretário? A palavra está contigo. **Sr. Milton:** Boa tarde. As agendas são tão intensas, que nós vamos perdendo a noção do horário, vocês me desculpem o atraso. Eu vim andando ali, agora, e cheguei um pouco ofegante aqui, saindo de um COVID, semana passada foi a semana inteira de COVID. Mas cumprimentar o meu amigo João Cury, presidente da COHAB. O Sidney, adjunto. Estou vendo ali o Alfredo. Tiago, meu chefe-de-gabinete. E tantas pessoas que colaboram com o andar da habitação da nossa cidade. Hoje pela manhã estive com o prefeito, o prefeito está muito entusiasmado com o trabalho da habitação. E nós temos muito a fazer. Eu quero deixar registrado aqui que eu estou à disposição sempre, de cada um dos senhores, das senhoras. Estamos focado e unidos em um só objetivo, atender à população, fazer chegar moradia digna, com qualidade, e chegar na ponta para as pessoas e sanar os problemas que têm. Temos feito uma força tarefa muito grande dentro da Secretaria, identificando aonde estão os problemas maiores. Toda hora temos um problema para administrar. E nós não podemos deixar que isso, João, venha impedir o crescimento e o desenvolvimento da cidade de São Paulo, no que diz respeito à habitação. Que sabemos que é muito difícil de alcançar esse déficit, mas juntos, estamos fazendo das tripas o coração, para poder atender o maior número de famílias. Eu vou deixar você conduzir, Sidney, até porque você está mais por dentro, está atualizado. E para não atrasar, eu vou deixar que o Sidney prossiga com a reunião. Mas eu estou aqui à disposição de vocês, Depois, se quiser falar alguma coisa, eu estou à disposição. Obrigado, viu, pessoal. **Sr. Sidney:** Secretário, muito obrigado aqui pela condição. A oportunidade também que já cumprimento o presidente da COHAB, o João Cury, muito obrigado também pela presença. A primeira pauta que nós colocamos aqui, eu vou pedir a gentileza aos senhores, nós temos aqui presente hoje os conselheiros titulares, que eles estão com os crachás amarelos, e os suplentes com branco. Quantos titulares têm aqui, por gentileza? Nesse exato momento, o quórum? Então, titulares também nós somos aqui, certo? Então, nós temos seis conselheiros com direito a voto. Se o conselheiro titular não está presente, tem que representar voto sim, está certinho, isso mesmo, em consonância com o nosso Art. 12º, não isso? Que nós vemos da última reunião? Perfeito. Bom, então nessa esteira eu queria colocar aqui para a primeira deliberação, o primeiro ato, aprovação da Ata da 3ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do CMH, que foi realizada em 22/08/2023. Então, nesses termos, eu submeto aqui à aprovação desse Conselho. Aqueles que estiverem de acordo com a aprovação dessa Ata, permaneçam sentados sem levantar a mão. O crachá, por favor, com crachá, pode se identificar e levantar as mãos. Pela aprovação da Ata, então, temos aprovação ou não? Pela aprovação da Ata da última reunião. Então, perfeito, registra-se que a Ata da última reunião do dia 22/08 foi aprovada por unanimidade. Nesse sentido também, eu gostaria de fazer aqui uma proposta de inversão de pauta, e colocar o item extra pauta, subir aqui para ocupar o lugar aqui na segunda posição, porque é um assunto mais abrangente. Eu gostaria que desse prioridade para ele, para que pudéssemos escutar. Então, eu vou submeter aos senhores conselheiros a aprovação para subir o assunto extra pauta como assunto nº dois Do que se trata essa extra pauta? Solicitação de voto que faz nessa ocasião aqui, de acordo com o CMH, 09/2023, autorização para que a COHAB possa atuar como agente financeiro dos beneficiários de HIS faixa de renda-1 a sete com prioridade nas faixas de renda-1, dois e três FR-1, dois e três subsequentes, no âmbito dos contratos de Parceria Público Privada - PPP municipal de habitação, utilizando os recursos do Fundo Municipal de Habitação - FMH. Nessa ocasião, assim que nós deliberarmos, quem vai conduzir essa pauta aqui será o colaborador, senhor Alfredo. Também que te cumprimento na ponta da mesa. Então, nesses termos, pessoal, os conselheiros que aqui estão presentes, eu gostaria de submeter para que possamos

subir essa pauta aqui. Quem estiver de acordo, por gentileza, levantem as mãos. Então, nós também tivemos aqui aprovação por unanimidade. Oportunidade na qual eu convido o nosso amigo e colaborador Alfredo, para que ele faça sua apresentação. Após a sua apresentação, nós vamos fazer a deliberação para voto. Meu muito obrigado. Alfredo, boa tarde. Você tem a palavra, Alfredo. **Sr. Alfredo:** Boa tarde. Boa tarde, a todos. Boa tarde, aos representantes das entidades de classe. Boa tarde, aos representantes do movimento por habitação. E eu queria fazer um agradecimento especial hoje pela presença do Secretário municipal de Habitação, Milton Vieira. Que, como disse, está se recuperando do COVID, mas dada a importância, a relevância desse assunto, para que cada vez mais cidadãos paulistanos possam ter acesso à uma moradia de qualidade, fez o esforço de estar aqui conosco. Obrigado, Milton. Bom, nós vamos fazer uma apresentação de uma forma bem objetiva, mas antes da apresentação eu gostaria de fazer um contexto para aqueles que não viram o material completo, que está dentro do SEI. Nós temos discutido na COHAB a possibilidade de abirmos cada vez mais possibilidade de escolha ao cidadão. Então, aqui o foco da nossa conversa, não discutir se a PPP é boa, se a PPP é ruim. Isso já foi decidido, uma lei, ela já existe, os empreendimentos já estão sendo construídos. O que nós estamos discutindo aqui é daquilo que para alguns pode não ser bom, no meu caso, foi o principal motivo que me trouxe a São Paulo, porque eu acho que é o que tem de mais revolucionário de política pública de habitação no Brasil, com os defeitos que eles têm, com os ajustes que precisam ser feitos. Ele tem um problema sério, que justamente quando nós vamos falar das pessoas que mais necessitam de acesso à moradia. Porque a PPP, complementarmente aos outros programas de habitação, isso é sempre importante, se você tiver um programa, você pode atender bem uma quantidade restrita de pessoas. Se você tem dois, você aumenta, se você tem três, quatro, cinco, sete. Permita-me, eu vou dar um dado. Quando nós falamos de déficit habitacional no Brasil, nós falamos ao redor, vai ser da Fundação Getúlio Vargas, 5,8 milhões, seis milhões, nós vamos para a FGV e vai bater sete milhões. Esse o déficit de produção habitacional. Quando nós falamos de moradia adequada, nós vamos para mais de 24 milhões de moradias. Então, percebam que eu não posso falar só de produção, quando eu tenho mais de 24 milhões de famílias que têm uma moradia, mas ela não adequada. Então, a amplitude na possibilidade de atendimento às necessidades habitacionais é um foco que a Secretaria Municipal teve e está sendo ampliada na gestão do Milton e na gestão do Cury na COHAB. Com foco nisso, qual a grande dificuldade que vamos por uma política pública exclusivamente de recursos públicos? O que todo mundo sabe, o orçamento. Como que nós podemos ampliar isso? Quando temos mais fontes de recursos para produzir. E a PPP traz essa possibilidade quando, com recursos privados, você vai produzir unidades habitacionais para uma gama de população. E eu gosto de chamar atenção para dois aspectos que são relevantes para as pessoas, uma crítica que sempre tivemos, sempre, e é corretíssima. Quando a produção habitacional para as famílias mais necessitadas, vamos falar do FAR e do FDS, FDS menos, mas o FAR muito mais, é quando criávamos guetos, colocava as famílias longe, sem acesso à qualidade de emprego, sem acesso a transporte, sem acesso aos equipamentos de saúde. E a inovação do Minha Casa Minha Vida, que tinha começado no programa anterior e foi incorporado pelo novo Minha Casa Minha Vida, coloca condições para que você produza habitação para essas famílias em locais melhores qualificados. Todo o mundo está acompanhando isso. E a PPP já traz isto no seu escopo, porque os lotes onde serão produzidas unidades, elas estão cercadas de serviços públicos que fazem uma melhor condição de evolução daquelas famílias. E e um outro aspecto que sempre comentávamos, que eu não gostaria que olhássemos para um empreendimento e eu falasse: “Não, ali mora pessoa muito pobre”. Não, ali é cidadão, e sempre quisemos a possibilidade de que tivéssemos uma mescla de faixas de renda para que as experiências trocadas pudessem melhorar a vida, empatia com as pessoas que têm mais dificuldade, para aqueles que têm uma condição financeira melhor. E também uma evolução da consciência de moradia em grupo, para aqueles que não tiveram essa experiência ainda. Muitas pessoas que vão para os empreendimentos de Habitação de Interesse Social FAR ou FDS, não tem a experiência de viver em condomínio. E essa troca de experiência é muita boa. E esse programa traz essas duas possibilidades, além do que, ela propicia um volume de produção habitacional mais rápida, sem que o estado tenha que colocar um o volume muito grande de dinheiro nesse primeiro momento. Gostaria de fazer esse aspecto. Bom, qual o principal aspecto que nós vimos de dificuldade na evolução do programa? Porque o programa prevê quem é responsável por dar a soluções financeiras para as pessoas que vão adquirir é a concessionária, o poder público não tem nada a ver com isso. Isso acontece porque ele vai até o mercado financeiro, faz uma operação, toma o empréstimo, leva as pessoas físicas a tomar o seu crédito e a vida que segue. Quem que não está conseguindo isso? Justamente o foco principal de toda a política pública de baixa renda, que são as pessoas de menor renda. Eu vou pedir uma atenção de vocês, porque temos dois critérios, o programa atende HIS-1, que recebe até três salários, HIS-2 quem recebe até seis salários. Eu não lembro, HMP, é isso? HMP, quem ganha até dez salários, e depois HMC que é acima dessa renda. Só que 60%, 60% de tudo que se vai produzir neste programa, nessa opção, é para quem ganha até HIS-2, e 50% disso quem ganha HIS-1. Então, nós estamos dizendo que quase 40%, 30 e poucos por cento, quase 40% do programa é para quem ganha até HIS-1. Só que como as coisas foram evoluindo, quando falamos HIS-1, eu estou falando de uma pessoa que ganha três salários, uma família que ganha três salários, eu estou falando que ganha R\$ quatro mil. Essa pessoa se vira, ela vai no mercado, ela vai na Caixa, ela se vira. Agora, eu estou falando de quem ganha R\$ 1 mil, quem